

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS  
PERDAS REGISTRADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS AO  
FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

**Reunião n.º 57**

(Presencial e por videoconferência)

9 de junho de 2021

(9: 51 h — 12:24h)

**Ordem do dia:** Audição do Dr. Rafael Luís Mora, sócio do Dr. Nuno Vasconcellos

**Presidente da Comissão:** Fernando Negrão (PSD)

**Deputados oradores:** Hugo Carneiro (PSD)

Mariana Mortágua (BE)

João Paulo Correia (PS)

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, uma vez que estão representadas três forças políticas e temos vários Srs. Deputados que estão a assistir aos trabalhos por videoconferência, pelo que podemos iniciar a nossa reunião.

*Eram 9 horas e 51 minutos.*

Temos hoje a audição do Sr. Dr. Rafael Luís Mora que era membro do conselho de administração da Ongoing.

Antes de começarmos a audição, queria referir que o Sr. Dr. Rafael Mora, logo que ouviu falar na possibilidade de vir a esta Comissão, fez-me chegar, imediatamente, através do *e-mail* geral da Assembleia da República, todos os seus contactos. Agradeço-lhe, pois, essa disponibilidade.

Sei que pretende fazer uma exposição inicial muito breve e, para esse efeito, dou-lhe a palavra.

O Sr. **Rafael Luís Mora** (ex-membro do conselho de administração da Ongoing): — Sr. Presidente, muito obrigada pela referência ao contacto imediato que fiz, porque, sabendo que havia interesse em ouvir-me, eu tinha total disponibilidade.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpa pelo meu português, pois embora tente falá-lo o melhor possível não é minha língua materna, portanto poderei cometer algum erro, embora tente não o fazer, mas poderá sair alguma «espanholada». Se não entenderem alguma coisa do que eu disser, eu repetirei. As Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados ficarão à vontade para falar em português que é uma língua que entendo perfeitamente.

Antes de mais, gostaria de esclarecer alguns aspetos que são importantes, como enquadramento: em primeiro lugar, ao contrário do que

tem sido publicado e também do que é referido na vossa notificação, não sou nem nunca fui sócio do grupo Ongoing, da RS  *Holding* ou da Rocha dos Santos; foi sim, sócio do Dr. Vasconcellos, na Heidrick and Struggles, uma companhia de  *executive searching* em Portugal, até à sua incorporação no grupo Ongoing em 2008.

Por razões meramente operacionais detive, e esqueci que detinha, e eles também esqueceram que também detinham, desde o seu lançamento, como bem referiu a Deputada Mariana Mortágua, noutra inquirição, um real de capital na HIS Tecnologias e Sistemas, Limitada, no Brasil, sendo que o outro acionista fundador da HIS no Brasil era a HIS-e-Health Innovation Systems SA, sediada em Portugal, que, no momento do lançamento, tinha 999 reais. O capital desta empresa em setembro de 2011 passou de 1000 para 756 340 reais, onde a empresa portuguesa HIS-e-Health Innovation Systems detinha 756 339 reais e eu continuei detendo um real.

Fora do universo Ongoing e Rocha dos Santos com ligação ao Dr. Vasconcellos detive, até 2017, uma posição minoritária na companhia Webspectator Corporation, sediada em Delaware.

Durante quase 7 anos, até inícios de janeiro de 2015, data oficial da minha saída fui  *chief operating officer* do Grupo Ongoing. Desses sete anos passei cinco anos a residir no Brasil, onde, após a minha saída do grupo Ongoing, continuei a residir e a trabalhar até julho de 2017, altura em que regressei a Portugal, onde permaneço desde então. Nesse período exerci funções na administração da  *holding* do grupo e em algumas  *subholdings* e companhias tecnológicas do mesmo.

Adicionalmente em Portugal exercia funções no conselho de administração da Portugal Telecom, até 2017, ou seja, bastante tempo depois de o grupo Rocha dos Santos ter deixado ser acionista dessa empresa.

Desde outubro de 2014 exerci também funções no conselho de administração do grupo Oi no Brasil, primeiro em representação da PT e desde maio de 2015 em representação da Pharol, SGPS.

Nunca exerci funções com responsabilidade no pelouro financeiro em qualquer empresa do grupo Ongoing ou do grupo Rocha dos Santos que, como grupo familiar que era e com fortes ligações tradicionais muito personalizadas a instituições financeiras, como o BES, essas funções sempre foram, até como já foi reconhecido nesta Comissão, geridas de forma pessoal e muito centralizada pelo Dr. Vasconcellos.

A função financeira de todas as empresas do grupo estavam totalmente centralizadas ao nível da *holding*, que era gerida pelo Dr. Vasconcellos e uma equipa financeira da qual eu não fazia parte, independentemente da minha função como administrador da companhia.

Com este enquadramento não quero que as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados pensem que estou a tentar fugir às respostas; nada disso! Estou aqui, evidentemente, para responder e esclarecer muitas das questões que, com certeza, preocupam as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados no âmbito dos trabalhos desta Comissão.

Apenas desejo manifestar o meu nível de conhecimento sobre as questões. Garanto que tenho boa memória e, tanto quanto sei, não padeço nem nunca padei nem de amnésia total nem de amnésia seletiva, pelo que considero estar apto para responder a todas as perguntas desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, só uma pergunta: foi sócio do Dr. Nuno Vasconcellos?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Na Ongoing?

O Sr. **Presidente**: — Ou noutra situação qualquer.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Fui sócio do Dr. Nuno Vasconcellos na Heidrick and Struggles, que era uma companhia de *executive search*. Fui sócio do grupo Ongoing e, pelos vistos, tomei conhecimento no outro dia que continuo sendo sócio com um real na HIS Brasil e fui sócio de uma companhia onde também era sócio, embora depois tenha deixado de o ser, o Dr. Vasconcellos, que era a Webspectator nos Estados Unidos.

No grupo Ongoing, no grupo Rocha dos Santos e na Rocha dos Santos nunca tive nenhuma ação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, entendemos bem o seu espanhol e depois de normalizada a circulação entre as fronteiras terrestres entre Portugal e Espanha nós ainda passamos a falar melhor o castelhano.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Srs. Deputados, Dr. Rafael Mora, antes de mais, quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que temos grande expectativa nesta audição de hoje e a introdução inicial que fez deixa-me expectante sobre o que nos poderá dizer, na medida em que a colaboração do Dr. Nuno Vasconcellos nesta Comissão foi inexistente — aliás, foi a única audição que terminou antecipadamente desde o início dos trabalhos desta Comissão.

Portanto, acredito que a sua vinda cá pode ser muito importante para o apuramento dos factos revelantes no âmbito dos nossos trabalhos.

A primeira pergunta que gostaria de lhe fazer é a seguinte: que ligações é que mantém hoje com o Dr. Nuno Vasconcellos?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Nenhumas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E desde quando é que é assim?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Dezembro de 2014.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E posso perguntar-lhe se isso tem que ver com a ruína do grupo Ongoing e com a sua desvinculação da gestão de algumas empresas, como ainda há pouco referiu?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Tem a ver precisamente com o rumo que o Dr. Vasconcellos deu à gestão do grupo Ongoing e ao fim da vida do grupo Ongoing.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E qual é que era o ponto da discordância?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — O ponto da discordância ou, melhor, os pontos de discordância, foram vários ao longo dos tempos.

Eu até imaginei que os Srs. Deputados teriam curiosidade em fazer esta pergunta, porque é uma pergunta que nunca ninguém me fez desde que saí, mas que é uma pergunta que tem sentido: porque é que eu saí do grupo, sendo, como eu era, e não renego que fui, um dos melhores amigos do Dr. Vasconcellos? Porque é que eu, de repente, abandonei o barco? Será que é como um rato que abandona o barco quando este se está a afundar?! Esta poderia ser um primeira teoria.... Aconteceu alguma coisa por trás da minha desvinculação? Bom, aconteceram muitas e variadas coisas.

Se me der licença, com total e absoluta frontalidade, vou responder aquela pergunta que, realmente, nunca me foi feita até hoje, mas que, com todo o gosto, responderei.

As minhas divergências com o Dr. Nuno Vasconcellos começam um bocadinho antes de 2012, mas começam nessa altura, e começam com o seu divórcio. Perguntar-me-ão: porque é que começam com o seu divórcio, quando isso é um tema de índole pessoal? Porquê? Um ano antes do seu divórcio o grupo tinha adquirido, recorrendo a crédito dado pelo Banco Espírito Santo (BES), à compra de um conjunto de jornais do Brasil e a sua esposa, excelente pessoa, da qual não tenho rigorosamente nada a dizer, cidadã brasileira de nascimento, embora criada em Portugal, detinha, já não me lembro bem, se era 70% ou 80% do capital desse grupo, por imposição legal, enquanto o grupo Ongoing detinha 30 %.

Então, quando ele decidiu divorciar-se a minha primeira pergunta — e, se calhar, também esta será uma pergunta que me irão fazer e à qual não tenho qualquer problema em responder — foi: então, e o grupo? Não era uma empresa fantasma, nela trabalhavam mais de 1000 pessoas, mais de 1000 pessoas ligadas a mais de 1000 famílias e, então, evidentemente, ele, como presidente do grupo, devia ter alguma responsabilidade, especialmente estando em causa um investimento significativo do qual a sua futura ex-mulher detinha 70% ou 80% do capital.

Então, o que eu lhe disse foi: «nós vamos ter cuidado, não podemos brincar com 1000 famílias.» E a resposta que ele me deu foi: «Mas eu tenho direito a ser feliz!» E a resposta que lhe dei foi: «Tu tens direito a ser feliz, sim, se não fosses presidente de um grupo que dá emprego a mais de 1000 famílias não tens direito de antepor a tua felicidade à felicidade do coletivo.»

Aí realmente houve uma mudança de personalidade.

Em 2012 aconteceu um fenómeno complexo que foi a minha primeira demissão. Tive duas demissões no grupo Ongoing: a primeira foi em julho de 2012; e a segunda foi em dezembro de 2014, instrumentalizada em janeiro de 2015.

A de julho de 2012 foi motivada por um episódio posterior à contratação do Dr. Silva Carvalho, contratação à qual, na altura, me pus. Mas há quem diga: «Mas tu, na altura, disseste que ele era um bom profissional» E eu digo: «Com certeza, e direi sempre, que era um bom profissional», mas era um bom profissional num conjunto de competências que, na minha modesta opinião, não se adequam à gestão de um grupo empresarial, mas isso não significa que não seja um bom profissional. Eu posso ser um excelente físico nuclear e dificilmente gerir bem um olival, mas não deixarei de ser um excelente profissional.

Mas quando ele teve alguma ânsia de poder... Em junho de 2012, o Dr. Vasconcellos tinha uma ideia que era, uma vez que eu e ele estávamos a reduzir no Brasil, muito importante aumentar comissão executiva e nomear o Dr. Silva Carvalho CEO da Ongoing em Portugal, eu, nesse almoço, disse que isso não era rigorosamente necessário, porque a ideia era brilhante só que ele não tinha que ampliar a comissão executiva, porque ele entrava e eu saía, portanto o número iria permanecer constante.

A mãe do Dr. Vasconcellos reagiu, insistiu muito e eu apenas pus uma condição para continuar, que era: a área financeira seria gerida por ele, muito bem; na área operacional, que era minha responsabilidade, por isso era *chief operating officer*, havia duas áreas — que, depois, se os Srs. Deputados quiserem, poderei explicar com mais detalhes, com os detalhes que forem necessários — havia a área dos *media* e a da tecnologia. E a única coisa que eu disse foi: escolha *media* ou tecnologia. Para mim, é-me igual, porque eu não quero entrar em conflitos. Ele escolheu *media* e eu fiquei com a tecnologia. Isto foi em meados de 2012.

O verão de 2013, para mim, foi trágico dois motivos razões fundamentais: primeiro, porque o meu pai faleceu e além de ser o meu pai era o meu melhor amigo e eu fiquei bastante afetado; segundo, em setembro



diagnosticaram-me um cancro e não é fácil, fundamentalmente para uma família, passar por um caso de cancro.

Digo-lhe: depois de ter passado por um cancro e eu estou perfeitamente bem, não estou aqui a chorar, a dizer «ai eu tive um cancro, coitadinho...» Não, eu tive um cancro, superei o cancro, está superado, *next!* Mas a família sofre e sofre imenso.

Entre setembro de 2013 e março de 2014, quando fiquei livre do cancro, embora tenha continuado a trabalhar todos os dias, menos os dias em que estive internado no hospital, para ser operado, ou para receber tratamentos de radioterapia, a cabeça estava noutra sítio, não estava, realmente, no trabalho.

Depois de regressar em pleno, depois do cancro, aconteceu, em julho, a notícia do BES. A notícia foi bastante forte e em julho, como penso que sabem, aconteceu outro fenómeno complexo que foi os brasileiros vieram renegociar o aborto da fusão entre a PT e a Oi. Entre julho e dezembro de 2014, 90% do meu tempo passei-o a tentar resolver o problema da Oi mais do que a fazer qualquer outra coisa, no entanto, e isto é importante e relevante para aquilo que nos traz aqui hoje, alertei a mãe do Dr. Nuno Vasconcellos e o Dr. Vasconcellos, presidente do grupo, para a necessidade de se sentarem-se com os bancos e planearem uma estratégia de *leveraging*, porque o BES tinha sido resolvido, tinha uma situação diferente da que tinha anteriormente, e os ativos, muitos deles, tinham desvalorizado, sobretudo os da PT, e era importante, pensava eu, na minha modesta opinião, sentarem-se e fazerem uma estratégia de *leveraging*, o que vamos ou não vender se ficamos com alguma coisa, o que é que vamos pagar a dívida, enfim...

O Dr. Vasconcellos negou-se, dizendo que tinha um *private equity*, *white knight*, tipo Ivanhoe, que viria salvar-nos, e eu, que achava que isso era ciência de ficção, insisti com a mãe dele e ela disse-me que falou com ele e que era a mesma coisa.

Em dezembro de 2014, ele convidou-me um dia para almoçar — já havia algum tempo que não tínhamos uma conversa os dois sozinhos — e disse-me que a sua nova mulher não compreendia por que é que ele era presidente de todas as empresas do grupo menos do grupo tecnológico, e eu disse-lhe: «Mas já lhe explicaste o que é que aconteceu em 2012?» «Não, mas eu também não percebo». «Ah, então, que ela não entenda, porque não lhe explicaste é uma coisa, mas que tu não entendas é outra coisa. Então, não há problema nenhum e eu vou-me embora tal como em 2012».

E fui-me embora por vários motivos: primeiro porque, respeitando qualquer ideologia e clero, considero-me católico e na minha religião o suicídio não faz parte da prática e eu via que estava num comboio a 200 km/h, não sabia se dali a seis meses, ou daqui a um ou dois anos, como acabou por acontecer, aquilo iria à falência, e acho que as pessoas têm de ter noção e visão para assumir as coisas e, como não tenho qualquer vocação de suicida e por todo este leque de razões que acabei de enumerar — e peço perdão se me alonguei demasiado, mas pensei que era importante para vos elucidar e poder transmitir toda a informação que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados necessitem — sai em janeiro de 2015 e sai de todas as empresas do grupo.

Curiosamente, esqueci-me, na altura, que tinha um real de participação na HIS Portugal, porque considerava que isso era marginal, deve ser 0,00001% do capital, mas tenho, no meu nome, e está na ficha cadastral, está lá. Eles retiraram-me de todas as empresas do grupo, mas, se calhar, também se esqueceram que eu permaneci com um real no capital dos 756 440 reais de que falámos anteriormente da HIS Portugal.

Não sei se consegui responder à sua pergunta, mas este foi o motivo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, conseguiu enquadrar e eu acho servirá para as perguntas seguintes.

Só há aqui uma questão que eu não percebi: neste direito à felicidade, que o Dr. Vasconcellos achava que tinha, como é que a questão do divórcio impactava com a questão das 1000 pessoas. Ele queria desfazer a empresa, o grupo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. O meu receio qual era? Quando há um divórcio é como quando se compra um melão... Não sabe se é bom se é mau até o abrir. O divórcio é exatamente a mesma coisa: até acontecer não se sabe como a contraparte irá reagir. A contraparte era a dona legal de 80% do grupo de *media* no Brasil que tinha sido financiado pelo BES ao grupo Ongoing.

Portanto, o meu receio era: se o divórcio der para o torto, o que é que vai acontecer com este grupo empresarial no Brasil, no grupo *media* — não era na tecnológica —, que custou 80 milhões de euros? Era muito dinheiro! Por conseguinte, a minha preocupação era: a felicidade é muito bonita, mas 80 milhões de euros e o emprego de muita gente também é tão bonito ou mais na perspetiva de um presidente de um grupo.

Graças a Deus, o divórcio correu bem e não aconteceu nada, mas podia ter acontecido.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é que aconteceu ao grupo de *media*?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — O negócio continua lá a ser gerido pelo Dr. Vasconcellos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, o Dr. Nuno Vasconcellos continua a ser dono e proprietário de 30% deste grupo de *media*?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — De 30 ou de 100%, já não sei o que será... Perdi a conta, na altura, mas continua lá e escreve todas as semanas, pelos vistos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, ele tinha dito aqui, na muito curta inquirição dele, que era articulista — acho que foi o termo que utilizou, para dizer que escrevia artigos no Brasil, provavelmente que interessam muito à sociedade brasileira, digo eu...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Ele, tanto quanto me disseram, depois do tristíssimo episódio que aconteceu aqui na sua inquirição, produziu um *take* mais pequeno, mas extraindo aquilo que, se calhar, era única coisa aproveitável, do que ele disse para atacar a Sr. Deputada Mariana Mortágua, onde se intitula jornalista, empresário e especialista em recuperação de empresas, pelo menos é o que aparece nesse vídeo...

Não sei se os Srs. Deputados tiveram acesso, mas, a mim, mandaram-me por interposta pessoa e realmente é patético.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não tivemos; pelo menos, eu não tive acesso a esse artigo, mas se nos pudesse enviá-lo...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas eu posso mandar não tem problema nenhum. Partilho-o com todo o gosto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Fica para a história desta Comissão. Ia fazer-lhe uma segunda pergunta: de tudo aquilo que o Dr. Nuno Vasconcellos disse aqui, na muito curta intervenção que teve, disse alguma mentira que consiga contradizer?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sinceramente, eu perguntaria se ele disse alguma verdade, porque mentiras diz muitas. Verdades acho que não disse nenhuma; mentiras sim, daquilo que é meu conhecimento.

Mas vamos lá ver: em janeiro de 2015 até hoje eu não estive lá, mas pelo que me diz o meu *know how* acumulado, o meu instinto e o meu bom senso eu não ouvi grandes verdades.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pois, uma das coisas que ele disse foi que não tinha dívidas nenhuma. Provavelmente, o Sr. Doutor conhecerá as dívidas das empresas e não conhece as dívidas pessoais dele, digo eu.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não conheço, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, mas eu posso acrescentar: o Dr. Nuno Vasconcellos esqueceu-se de dizer que foi alvo de um processo de insolvência a título pessoal por uma dívida de 12 milhões de euros interposta pelo Novo Banco nos tribunais portugueses — aliás, até tenho aqui o número do processo — e esta é uma de muitas...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Vê, Afinal tinha alguma...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, afinal tinha alguma.

O grupo Ongoing deixou mais de 1000 milhões de euros de calotes na banca portuguesa. Como é que foi possível chegar aqui?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Eu, curiosamente, estava a preparar-me para vir aqui e embora tenha tido pouco tempo o que tive dediquei-o, durante o fim de semana, a relembrar ideias para tentar que isto seja o mais proveitoso possível.

E imaginava que, sendo os Srs. Deputados inteligentes e fazendo um trabalho, que tenho vindo a acompanhar, com algum rigor, me iriam fazer essa pergunta.

Bom, quando eu oiço falar aqui, por exemplo, que deixou 600 milhões de dívida no Novo Banco, eu, pessoalmente, não consigo identificar esses 600 milhões, o que não quer dizer que não seja verdade; só quero dizer que, do meu conhecimento, eu, por exemplo, do Novo Banco, do que se tem vindo a falar, consigo identificar que estavam no âmbito das empresas operacionais cuja gestão eu detinha, 400 milhões, que, provavelmente, se a memória não me falhar, muito são aproximadamente 200 milhões no CDS (*credit default swap*) dos primeiros 2% de ações da Portugal Telecom; são 24 milhões de euros de financiamento do BES na compra do *Diário Económico*; foram 80 milhões na compra do tal grupo de *media* brasileiro, o tal grupo EJESA (Empresa Jornalística Económica SA); e, sensivelmente, 100 milhões de financiamento que, depois, poderei explicar com todo o nível de pormenor e detalhe ao grupo de tecnologia chamado Real Time Corporation.

O Real Time Corporation que, na minha época, era sociedade anónima, mas que atualmente é limitada, como consta das fichas cadastrais públicas — aliás, todas as informações que eu estou a dar aqui são públicas.

Quando falo destas participações na HIS Portugal é informação que está na ficha cadastral não é nenhuma informação qualificada e que eu esteja aqui a infringir algum sigilo. Não, não é isso! Há informação sigilosa, sim, mas essa informação sigilosa eu não ia poder dar-lha aqui hoje. Porquê? Também queria fazer uma declaração para que não haja qualquer tipo de problema: a 12 de junho de 2018 eu e o meu sócio, o Sr. André Parreira, interpusemos, junto da Procuradoria-Geral da República, uma denúncia contra o Dr. Vasconcellos, denuncia essa que sofreu um aditamento a 11 de setembro de 2018.

Quando tomei conhecimento, pelo jornal *Expresso on line*, de uma notícia de que os Srs. Deputados queriam ouvir-me, pedi à Dr.<sup>a</sup> Sandra, aqui presente, minha advogada, que tentasse consultar para ver como é que estava esse processo, do qual eu não tinha tido conhecimento até agora, e, muito gentilmente, o Ministério Público informou que as duas denúncias, ou melhor a denúncia e o aditamento, se encontram sob investigação na Polícia Judiciária e que assim que voltassem à Procuradoria desde logo autorizavam a sua consulta por nós.

É que não é uma denúncia anónima; é uma denúncia com nome, apelido e morada e eu não gosto de atirar bocas...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é que denunciou nessas queixas?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — O que eu denunciei nessas queixas vou poder falar da parte que é informação pública, a parte que tem informação mais sensível vai permitir-me que respeite o direito de sigilo, que é um direito de justiça – aliás, eu até lhe posso dar o número do processo e os Srs. Deputados, de certeza absoluta, poderão falar livremente com a Procuradoria-Geral da República muito melhor do que eu.

Mas, basicamente, isto é uma questão de reconhecer a verdade, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que está sentada aqui à minha direita, pôs o dedo na ferida. Pôs o dedo na ferida! Eu estou convencido, do que eu conheço do interveniente e da forma como vi e assisti na televisão ao que aconteceu, que, quando uma pessoa mete o dedo na ferida,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Do património pessoal?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, não foi do património pessoal.

A pergunta foi, como disse a Deputada Mariana Mortágua, sobre a HIS Portugal, a Affera. Quando mencionou a palavra Affera, acho que ali acabou o processo, porque, evidentemente, a Affera é uma das protagonistas da nossa denúncia.

Eu tomei conhecimento da Affera por um artigo do *Expresso*, eu não conhecia a Affera e também digo: nunca fui sócio da Affera, nem serei sócio da Affera. Conheci a Affera por um artigo no *Expresso*, um artigo do jornalista Miguel Prado, bastante detalhado, onde explicava — e se o Sr. Deputado não tem esse artigo eu tenho-o aqui impresso e posso facultá-lo — ...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu tenho, sim!

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — ... o desvio ou a saída da Golden Edge, da Oportunity 2 e de não sei quantas mil coisas para uma *offshore* no Panamá, chamada Affera SA.

Eu, na altura, estava envolvido num processo judicial, que me custou uma fortuna, nos Estados Unidos contra o Dr. Vasconcellos, que estava tentando apropriar-se indevidamente de um ativo que não lhe pertencia.

E, por curiosidade, pedi no Brasil, onde mantenho alguns contactos, que me enviassem as fichas cadastrais das empresas de tecnologia, porque, não sei porquê, pensei que se a Golden Edge e a Oportunity 2 estão na Affera, se calhar, mais qualquer coisa foi para a Affera.

Efetivamente, comprovei que o controlo da HIS Brasil, que tinha deixado...

Vamos lá ver: é importante que entendam isto, porque quem definiu a estrutura daquele grupo de tecnologia fui eu. Por conseguinte, tenho de explicar por que a defini daquela forma. A *holding* Real Time Corporation estava sediada no Brasil e fazia sentido estar sediada no Brasil, porque era o



nosso principal mercado, mas aquela *holding* era uma *start-up*, que tinha três *start-ups* que tinham sido adquiridas a jovens empresários portugueses.

Na altura, em Portugal, não havia propriamente *private equities*, não havia, isso não existia. Portanto, aquilo que hoje em dia é fácil ouvir da série A, a série B, a série C, a série D, os *private equities* na altura não havia e a única base que havia era o financiamento e fomos financiados pelo BES, é verdade que fomos.

Depois até poderei partilhar com os Srs. Deputados informação detalhada sobre cada uma dessas empresas, mas a empresa era portuguesa, a dívida que a financiou foi dada em Portugal, por conseguinte as subsidiárias que iam vender o seu produto no Brasil tinham que ser detidas em 99,99% pelas empresas portuguesas.

Não me cabia na cabeça que pudesse ser de outra forma, porque se tens um crédito em Portugal tens de ter a garantia desse crédito em Portugal; não podes ter um crédito em Portugal e a garantia do crédito na China. Isso não faz sentido.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Com o Banco Espírito Santo não tenho a certeza, mas continue.

O Sr. Dr. Rafael Luís Mora: — Não! Mas comigo tenha, pode ter a certeza absoluta de que, enquanto estive lá, foi sempre 99,99 %.

Vai-me perguntar: «Porquê 99,99 %?» É porque há uma lei brasileira que proíbe as empresas estrangeiras de ter 100 % de uma empresa no Brasil. Foi exclusivamente por isso, não foi por outra razão.

Todas as empresas pertenciam — todas elas — às matrizes portuguesas, às empresas-mãe portuguesas.

No dia em que ia sair do grupo, tive uma conversa com cada um dos meus colegas na administração da Real Time, que, por sua vez, eram CEO

de cada uma destas empresas, e disse-lhes: «Tenham cuidado e nunca na vida aceitem transferir ativos de Portugal para o Brasil. Nunca! Não aceitem isso.» É que eu tinha o *feeling*, a suspeita, de que isso poderia vir a acontecer.

Passou um ano, não aconteceu nada e fiquei tranquilo. Mas, no final de 2015, todos eles foram forçados a fazer aquela transferência de ativos. Todos eles se negaram a fazê-lo e todos eles foram despedidos. Repito: todos eles foram forçados a fazer um desvio de ativos, todos eles se negaram a fazê-lo e todos eles foram despedidos.

Tanto quanto sei — faz parte desta denúncia —, isto foi feito com o Dr. Vasconcellos a assinar pela empresa portuguesa e pela empresa brasileira.

A denúncia, fundamentalmente, é a de que, no nosso modesto entendimento, houve um desvio de ativos.

Estou convencido de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, naquele dia, quando falou da HIS... Mas o caso da IBT Brasil ainda é mais escandaloso do que o da HIS, porque, na HIS Portugal, a Real Time ainda manteve 9 % do capital da HIS Brasil, se não tiver mudado, entretanto. Pelo menos, até 2018.

Na IBT Brasil, o caso ainda foi mais escandaloso e também é público, está na ficha cadastral. Se os senhores não a tiverem, tenho aqui a cópia e posso facultá-la sem problema nenhum.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Agradecia. No final, talvez.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Claro! Com certeza! É que não gosto de cometer erros, porque a pior coisa que há no mundo é dizer uma coisa que depois não é correta.

Mas, no caso da IBT, por que razão digo que é mais escandaloso?!

Tenho aqui um breve resumo, onde está a estrutura do capital da IBT Brasil, nos diferentes momentos. Isto está na ficha cadastral. Foi apenas um exercício de resumo, porque, às vezes, «uma imagem vale mais do que mil palavras».

Em 2013, a IBT Portugal, a matriz portuguesa, detinha 3 115 568. A Ongoing Comunicações — Participações brasileira, uma sociedade que fazia o papel do Rafael Mora na HIS, detinha 1 real. Porquê na HIS Portugal? Quando se fundou a HIS no Brasil, ainda a Ongoing Comunicações não estava fundada, depois passou a ser a Ongoing Comunicações que assumiu as posições de 1 real e não o Rafael Mora, que assumiu na HIS Brasil.

Em 2016, um mês antes de a IBT Portugal ser declarada insolvente pelo Novo Banco, ou de pedir a insolvência ao Novo Banco, um mês antes, em novembro, segundo a ficha cadastral — isto é público —, a IBT Portugal passou a deter zero e a Real Time Corporation, Lda. — já limitada, em vez de SA., como era antes — passou a ter os 3 115 568.

Em 2017, a Dr.<sup>a</sup> Andreia Penetra, a administradora da insolvência da IBT Portugal, tendo tomado, no processo dos Estados Unidos, conhecimento de que tinha sido desviada a participação da IBT Brasil, a marca patente em tecnologias da IBT para o Brasil, na posse das suas funções, mandou, como a lei determina, uma carta de reversão de ativos. Repito: em 2017. Até agora, não vi reversão de nenhum ativo.

Em janeiro de 2018, provavelmente motivado por essa carta de reversão de ativos, a Real Time Corporation deixou de ter 3 115 568 e passou a deter 623 102, e a Affer, a dita Affer, a célebre Affer, passou a deter 2 492 457, ou seja, o controlo absoluto da sociedade. Mas, não satisfeito com isso, em dezembro de 2018, a Real Time Corporation Limitada passou a deter zero e a Affer passou a deter 3 115 569.

Falou-se aqui no outro dia de aumentos de capital. Não sou nenhum craque financeiro, mas acho que, quando se tem, em 2013, 3 115 569 de valor

do capital social e, em dezembro de 2018, 3 115 569, ou seja, exatamente o mesmo montante, é materialmente impossível fazer um aumento de capital.

Não aconteceu nenhum aumento de capital. Aconteceu, sim, um desvio, uma transferência. Ou seja, agora está no bolso esquerdo e ponho no bolso direito e, do bolso direito, mando para o bolso direito da Affera... Pronto. Mas não houve aumento de capital em nenhuma das sociedades tecnológicas que aqui foram mencionadas, no outro dia.

Não houve aumento de capital; houve transferência.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Transferência de participações.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Exatamente, é isso que consta. Isso e mais algumas coisas que me vai permitir que me mantenha no foro do sigilo judicial, mas, se quiser o número do processo, dou-lho.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, se fosse possível.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A Dr.<sup>a</sup> Sandra teve a grande amabilidade de me mandar, outro dia.

*Pausa.*

É o processo n.º 1249/18.5 T9LRS.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem.

Este processo está em Lisboa?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Acho que está no DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal) de Lisboa Norte.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado.

Com este desvio de participações sociais, ou transmissão de participações sociais, faz ideia de qual era o património que estaria a tentar ser ocultado ou desviado? O que significavam estas empresas, em termos de valor?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Acho que o Sr. Deputado me está a fazer a pergunta de um milhão de dólares, que é: quanto valia a Ongoing? Provavelmente, é o que está a perguntar, não é?

Os senhores vão pensar que, cada vez que me fazem uma pergunta, vou buscar uma pastinha, mas era óbvio que me iam fazer esta pergunta, ou seja, não é preciso ser nenhum doutorado para chegar a essa conclusão.

Muita gente pensa que a Ongoing era uma bomba de fumo, sem nenhum conteúdo. Não é verdade, não era uma bomba de fumo, sem nenhum conteúdo. Acho que alguns erros cometidos pelo Dr. Vasconcellos a transformaram numa bomba de fumo, sem conteúdo.

Deixem-me explicar porquê: independentemente da participação, durante a OPA (oferta pública de aquisição), ou no fim da OPA, dos 2 % na Portugal Telecom — que, evidentemente, pertenciam ao BES, não eram uns 2 % comprados no mercado, era a participação do Sr. Patrick Monteiro de Barros, que estava com um CDS no Credit Suisse —, foi o CDS que o Dr. Vasconcellos assumiu. Foi por isso que, quando a PT cai e aquilo tudo, o Novo Banco resgata o CDS, não porque queria resgatá-lo, mas porque era obrigado a resgatá-lo, estava garantido por ele.

Mas, independentemente disso, o Grupo Ongoing tinha uma vocação estratégica e aí tenho culpa, porque participei nessa definição do que, na altura, se chamava, não sei se continua a chamar-se, TMT, uma vez que,

depois de ter a Telco, podia fazer sentido complementá-la com *media*, conteúdo, e com tecnologia.

A visão não era tão errada assim, porque, ao longo destes 10, 11 anos, se pegar em empresas como a AT&T, como a Horizon, como a Amazon, como a Google, como a Facebook, como a Telefonica, como a Deutsche Telekom, como a Telenor, como a France Telecom, todas elas fizeram algo parecido, ou seja, todas elas estão a integrar verticalmente TMT (tecnologia, *media*, telecomunicações).

Basicamente, a TMT tinha duas áreas: tinha a *media* e tinha a tecnologia. A *media* foi sempre o sonho dourado do Dr. Vasconcellos, mas acho que a *media* foi o início do fim. Ou melhor, não foi propriamente a *media*; foi a maior estupidez — desculpem a expressão, acho que não é própria de uma comissão parlamentar, mas não encontro outra palavra para o definir — de ir almoçar com o Dr. Francisco Balsemão e dizer-lhe: «Estás com problemas financeiros, vamos fazer um aumento de capital e eu vou ficar como CEO.» Acho que essa foi a maior estupidez, em maiúscula e a negrito, que uma pessoa pode cometer na sua vida.

E foi avisado! Foi avisado por mim, porque... Isto não é do conhecimento público, mas eu, durante mais de 10 anos, trabalhei intimamente, enquanto consultor do Dr. Balsemão e do Eng.º Luís Vasconcellos, pai do Dr. Vasconcellos, já falecido, que Deus o tenha na sua santa glória, porque era uma excelente pessoa.

Desses 11 anos, passei os últimos cinco anos dessa relação, antes de o Eng.º Luís morrer, um ano antes... O Eng.º Vasconcellos queria reformar-se e ir para o seu monte no Alentejo e o Dr. Balsemão não queria que ele se reformasse. De 15 em 15 dias, almoçávamos juntos, os três, e eu fazia um bocadinho de correia de transmissão, porque o Francisco dizia-me: «Diz àquele senhor que não pode ir cuidar das vacas no Alentejo.» E ele dizia: «Diz ao Francisco que já estou cansado».

Mas estávamos os três sentados na mesa e não havia nenhuma divisória de acrílico. Mas, pronto, fazia parte.

Considerava-me amigo dos dois e considerava que tinha um nível de conhecimento bastante razoável da personalidade de cada um deles e do que eles são na vida.

No dia em que o Nuno Vasconcellos, à minha frente, à frente da sua mãe e do seu padrasto — que, infelizmente, também morreu há dois meses, ou há um mês, por causa da COVID-19 —, disse que ia fazer aquilo, eu disse-lhe: «Isso é insano! Vais ser trucidado! Leste o artigo que o Dr. Balsemão escreveu no *Expresso*, no dia em que o teu pai morreu? Achas que, a alguém que escreve um artigo sentido (e eu sei que era sentido), a dizer que era o seu melhor amigo, mas que foi sempre o seu n.º 2, pode vir o filho dizer-lhe ‘agora sou eu o número 1’?» Isso não cabe na cabeça de ninguém!

A mãe, curiosamente, disse-lhe o mesmo e o padrasto também. Mas não; insistiu e foi.

Pergunta-me: «Por que motivo foi?» Ou seja, se três pessoas próximas dele, que tinham alguma influência intelectual no comportamento dele, especialmente a mãe, claro, que era a dona do Grupo...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi influenciado pelo BES, para essa decisão?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Acho que, para essa decisão, foi influenciado diretamente pelo Dr. Ricardo Salgado. Diretamente!

Porquê?! Isto é teoria, não tenho dados, é o meu pensamento, a minha intuição, mas vejam na história, vejam os jornais *Expresso* de todas as semanas do ano anterior a esse almoço e vejam quem era o alvo de estimação: era sempre o BES. Sempre! Todos os dias, todas as semanas! Todas!

É evidente que, se conseguires desviar a atenção do Dr. Balsemão para um inimigo de estimação muito maior... Isso aconteceu. A partir daquele dia, o inimigo de estimação passou a ser a Ongoing, a Ongoing, que até era bem vista até à altura, passou a ser mal vista, e, curiosamente, o BES desapareceu do radar.

Um ou dois anos depois, até tiveram um almoço no Ritz, intermediado pelo Dr. André Gonçalves Pereira, com pompa e circunstância, onde assinaram a paz entre o Dr. Salgado e o Dr. Balsemão, e, subsequentemente, o BES reestruturou a dívida da empresa.

Por conseguinte, enfim...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, o Doutor...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Pode não ser *vero*, mas, de certeza absoluta, é *ben trovato*. Tem cabeça de leão, tem juba de leão, tem corpo de leão, ruge como um leão, embora não consiga garantir que seja um leão.

É óbvio que aconteceu isso e, a partir daí, a «cereja no topo do bolo» foi contratar o chefe das secretas, dos espias.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pois, essa era uma outra pergunta...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas acho que isso foi marginal! Aquilo foi «a cereja no topo do bolo», mas havia um bolo...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Um projeto de poder, não é?

Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não sei se era um projeto de poder. Sinceramente, não sei exatamente o que aquilo era...



O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Era para controlar...

Dr. **Rafael Luís Mora**: — Acho que aquilo, na altura, quando contrataram o Dr. Silva Carvalho, era impossível ser um projeto de poder, porque o poder tinha desaparecido naquele almoço com o Dr. Balsemão.

Tenho o máximo respeito e admiração pelo Dr. Balsemão. Conheço-o intimamente, trabalhei com ele muito tempo, admiro-o muito e é um inimigo implacável! Sofri em ser seu inimigo durante os últimos 11 anos! Sei como ele é implacável.

Por conseguinte, não pude aceitar ou acreditar que, intelectualmente, depois de ter rebentado uma bomba termonuclear, ele quisesse fazer um projeto de poder com uma G3! Ou seja, se acabou de rebentar a bomba nuclear, para que quero uma G3?! Tenho é de tomar muito iodo para a radioatividade que vou absorver! Disso, também percebo um bocadinho, não é?! De iodo e de radioatividade...

Mas, basicamente, foi isto. Ou seja, acho que a contratação do Dr. Silva Carvalho é a «cereja no topo do bolo» e, quando já está a fazer muita estupidez, acaba por fazer a última.

A partir daí, só havia uma saída para o grupo, que era ir para o Brasil. Não havia outra! Ou seja, a migração para o Brasil era obrigatória, não era opcional. Era obrigatória! É como as perguntas do secundário: são obrigatórias, tens de lhes responder.

Em Portugal, perdeu totalmente, a partir daquele momento, por causa daquela estupidez, qualquer hipótese de ser alguém.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, o Dr. Nuno Vasconcellos teria a linha de financiamento de que necessitasse para tentar controlar o Grupo Impresa, dada pelo BES?

**Dr. Rafael Luís Mora:** — Não sei, nunca vi nenhum papel, mas dizem que sim.

Vamos lá ver: ele detinha 5 % do Grupo Impresa. Não era propriamente... Ele detinha. A família dele, ou melhor, a mãe dele detinha 5 % do grupo, era a segunda maior acionista do grupo, mas, entre deter 5 % e controlar, concordemos que há uma pequena distância.

Mais do que aquilo era impossível de controlar, porque o Dr. Balsemão tinha aquilo absolutamente blindado do ponto de vista estrutural.

Por conseguinte, aquilo era tentar... É que ele dizia que era o padrinho dele — o Dr. Balsemão era o padrinho de casamento do Dr. Vasconcellos —, por isso, conhecia-o muito melhor do que todos nós. Acho que não. Acho que ele foi incentivado a fazer aquilo e foi um erro que cometeu e foi um erro que lhe custou... Acho que foi o início do fim, realmente. Depois, ele foi para o Brasil e no Brasil desenvolveu o grupo tecnológico, aquele que mencionei.

Sei que os senhores têm muita documentação, mas sei, de certeza, que não encontraram este artigo. Vou deixá-lo, para os senhores o lerem, porque acho que vale a pena ser lido.

É que este artigo não foi escrito em nenhum *media* português; foi escrito num *media* chamado Huffington Post, ainda antes de ter sido comprado, ou seja, na génese do Huffington Post, datando de 8 de agosto de 2012. O jornalista que o assina é um senhor chamado Nate Hindman e o artigo tem o título: «*Billion Dollar Club: The 12 Most Valuable Start-ups*».

Este senhor, em 2012, fez um exercício, coincidindo com a IPO (*initial public offering*), com a saída da bolsa do Facebook, de quais poderiam ser as próximas 12 *most valuable start-ups*.

Curiosamente, havia 11 americanas e uma não americana, que se chamava Real Time Corporation. Está aqui!

Mas quanto às outras, só para os senhores terem a noção, uma delas chamava-se Spotify. Penso que têm conhecimento dela...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na versão gratuita, sim.

Dr. **Rafael Luís Mora**: — A seguinte chamava-se Gilt Groupe, não sei se já ouviram falar. Foi a menos bem-sucedida de todas as 12. Depois da Real Time — que foi para o buraco... Ou melhor, não foi para o buraco, foi para o Panamá, se calhar! —, a segunda menos bem-sucedida foi esta Gilt Groupe, que valia, na sexta-feira, 600 milhões de dólares, na bolsa.

Depois, a Evernote, que é outra tecnológica conhecida, ainda não está na bolsa, mas já levantou algo como mais de 1000 milhões de dólares.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Era por isso que o Dr. Nuno Vasconcellos dizia que queria ter um grupo que se enquadrasse nas 500 maiores empresas do mundo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Claro!

Vamos lá ver: o potencial que estes senhores — não digo eu — viam nisto...

Também neste artigo está o Airbnb, que, há 11 anos, não se conhecia e, hoje em dia, acho que toda a gente conhece, e esta é uma marca que, na sexta-feira, valia 91 000 milhões de dólares, algo que, em 2012, não valia nada ainda.

Havia, a Fanatics...

Destas 12, aquela que menos vale hoje tem um valor de 690 milhões de dólares, a que vale mais tem um valor de 91 000 milhões de dólares e muitas delas estão na casa dos 40 000 a 50 000 milhões de dólares. A Real Time, infelizmente, não vale nada. Mas não vale nada porquê?! Vamos lá

ver: quais eram as quatro áreas de atividade em que a Real Time se enquadrava? Quais eram os quatro pilares da Real Time?

O primeiro pilar era publicidade digital. Concorde comigo que, se calhar, há 11 anos, não era muito importante, mas, hoje em dia, quando analisamos as contas dos resultados da Google, do Facebook, do Twitter, da Amazon, etc., concordamos que foi uma indústria que cresceu muito e que é global, mundial, não é meramente um caso português.

O segundo pilar era o *e-commerce*. O *e-commerce*, há 11 anos, também podemos concordar que não era a última Coca-Cola do deserto, mas hoje, depois da crise pandémica, acho que já não vivemos sem *e-commerce* no mundo, porque o último receio que havia, o baluarte máximo do receio que havia, a pandemia acabou com ele.

O terceiro pilar da célebre empresa HIS era a *e-health*: telemedicina, etc, etc. Há 11 anos, volto a dizer, se calhar, não era uma área *sexy*; hoje em dia, é das áreas de maior crescimento na indústria.

Por último, a quarta perna era uma coisa que se chamava, na altura, IOT, *internet of things*. Há 11 anos, chamavam-nos loucos. Hoje em dia, ainda por cima com a 5G, a *internet of things* faz parte do nosso dia a dia e se disser aos meus filhos que não sei o que é a *internet of things*, vão dizer-me que devo ser jurássico.

Por conseguinte, aqueles quatro pilares, com tecnologia de ponta, feita em Portugal, desenvolvida em Portugal, que adquirimos, tinham um potencial de valorização muito grande, mas falhou por dois motivos: primeiro, porque a PT nunca quis alavancar essa integração horizontal. Quando digo alavancar, não estou a dizer que a PT tinha de comprar serviços à Real Time; o que importava era a rede de distribuição da PT, ou da Vivo ou da Oi no Brasil.

Aquilo que interessa a estas companhias de tecnologia que estão a começar não é que lhes injetem dinheiro — que sempre é importante —, não

é vender serviços à companhia de telecomunicações, que não é cliente dela; o que interessa é aproveitar a rede de distribuição que a companhia tem no mercado, a rede empresarial, de clientes, para poder construir uma proposta de valor.

Tal como a Verizon. Por que razão é que a Verizon comprou a Yahoo?! Por que razão é que a AT&T comprou a outra...?! Por que motivo estão a comprar estas empresas?! Por que razão é que a Telefonica comprou uma empresa de *e-health*? Porquê?! Isto não é para vender telefonias, afinal?! Não é para vender telefonias! O ARPU, o *average revenue per user*, tem de aumentar!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, Dr. Rafael, quando existe esta operação relacionada com a Affera, há a intenção de desviar um património.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Já tinha começado antes!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Há 11 anos, estes negócios que referiu eram visionários, ou seja, o futuro traria grandes proveitos relacionados com estes negócios. Mas, naquele momento, não tinham, eventualmente, esse valor, ou não era...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — No dia em que comprámos a empresa, não tinha, mas, dois anos depois, em finais de 2013, inícios de 2014, essas empresas já faturavam qualquer coisa como 100 milhões ou cento e tal milhões.

Aliás, já foi mencionado nesta Comissão (se bem me recordo das múltiplas audições que ouvi) que havia relatórios que diziam — e até o artigo do *Expresso*, aquele que lhe mencionei da Affera — que a Real Time era a única unidade do grupo que tinha um valor superior.

Por conseguinte, aquilo já faturava muito dinheiro, que até daria perfeitamente para, em dois, três ou quatro anos, bem gerido, pagar a dívida ao BES.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E esta componente, este setor, estas empresas estão na esfera do Dr. Nuno Vasconcellos hoje em dia?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas antes da Affera. É o que estou a tentar explicar. A Affera é *the last line of defense*. A tropelia já tinha começado antes, ou o atropelo já tinha começado antes da Affera.

Os senhores estão focados na Affera, porque a Affera é mais chamativa, por ser *offshore*, nom Panamá, etc. Mas, antes disso...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Com a transferência de ativos para...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Claro! De Portugal para o Brasil! E aconteceram com a assinatura dele nos dois lados!

O que acontece é que, quando ele se sente apertado no Brasil, pela única administradora judicial de toda a esfera da empresa do grupo Ongoing — que deve ter várias administradoras judiciais — que faz alguma coisa, a Affera começa a trabalhar noutro sentido.

Mas há uma coisa que acho que é o principal erro que acontece: se dermos tempo a um credor mal-intencionado, então, não podemos ficar surpreendidos que aconteça o que não queremos que aconteça. É impossível!

E aconteceram coisas verdadeiramente kafkianas, neste processo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Acontece o descaminho dos bens, não é?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não! Aconteceram coisas kafkianas, na minha modesta opinião.

Eu já tinha saído do grupo, saí em janeiro, e mais ou menos em agosto 2015, o Dr. Nuno Dias, diretor-geral da HIS Portugal e Brasil, vai ter com o Novo Banco e faz a seguinte proposta: «Isto vai pelo cano abaixo. Por que não negociamos um *management buyout*? Assumimos a dívida da equipa de gestão da HIS. A HIS fatura dinheiro no Brasil, tem futuro. Depois, além de assumir a dívida, renegociamos essa dívida, o *management* assume a dívida, sai da esfera do malparado e passa a ser reestruturada. Além do mais, negociamos um *upside* no plano de venda. A empresa vai ser vendida, alguém vai comprá-la, de certeza, no futuro.»

Sabe qual foi a resposta que recebeu do Sr. Dr. Vítor Fernandes, indigitado para *chairman* do Banco de Fomento, e do Sr. Dr. Daniel Santos, que esteve aqui sentado, acho que onde estou agora?! A resposta foi: «O banco está tranquilo com a gestão do acionista e, sem que isto seja proposto pelo acionista — o acionista Ongoing —, não pode acontecer.»

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso foi em que ano?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Foi em 2015.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, em 2015, o Novo Banco...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Em 2016, a HIS foi à falência em Portugal, porque, no Brasil, continua.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, em 2015, o Novo Banco teve a oportunidade de recuperar um valor, ou de encontrar um caminho, e recusou essa proposta.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Claro!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Por que motivo recusou? Faz ideia?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não sei. Já não consigo entrar aí.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não acreditavam no acionista?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A resposta que lhe deram foi: «Estamos tranquilos com o acionista. Se o acionista não propuser, não podemos fazer uma coisa dessas.»

Não podemos, ou não queremos... Não sei, não estava presente naquela reunião. Mas sei que aconteceu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, relativamente à pergunta que lhe fiz, há pouco, do valor, já percebemos que haveria, pelo menos, uma área da tecnologia que poderia ter um valor e que sofreu um descaminho com estas operações todas de transferência de ativos.

Há uma dúvida sobre o Sr. Silva Carvalho. Qual era a motivação do Dr. Nuno Vasconcellos em trazê-lo para o universo Ongoing?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A única razão que me deu, quando eu disse que não, foi: «Estás com medo de que venha para o grupo gente melhor do que tu, que te faça sombra.»

Perante esse nível de argumentação, não argumentei mais, e disse: «Contrata quem tu quiseres! Podes contratar, se quiseres, a Brigitte Bardot. Ou seja, é-me indiferente.»



Se a única argumentação que ele tinha para me dar é que eu tinha medo, como não tinha medo, não tinha problemas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ele ficou responsável pela área financeira do grupo? É isso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A primeira coisa que eles criaram foi algo que, a mim, me pareceu absolutamente chocante: criaram uma unidade de serviços partilhados, à qual puseram o nome de OSS.

Eu disse-lhes: «Gosto de história. Pode haver muita gente que não goste de história, mas OSS (*Office of Strategic Services*) é o primeiro nome da CIA (*Central Intelligence Agency*). Andamos aqui a brincar, ou quê?!»

E eles: «Não! Chama-se Ongoing Search Services!» E eu: «Podes chamar-lhe o que quiseres, mas a sigla é igual à da CIA, quando a CIA surgiu! Vamos levar na cabeça!...»

Mas chamaram-lhe OSS! Chamaram-lhe Ongoing Search Services e levaram na cabeça, é óbvio. Se contratas um espião e o pões à frente de uma empresa que se chama OSS, a única coisa a que podes aspirar é a que te digam que era o nome da CIA.

Não sou um doutor em história, mas tenho alguma base histórica, e, se eu sabia, havia milhares de pessoas que saberiam, tal como eu.

Então, Silva Carvalho assume a área das operações financeiras, as áreas de suporte.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Diga-me uma coisa: do seu conhecimento do dia a dia do grupo, sentia, em algum momento, que a Maçonaria tinha algum tipo de influência dentro do grupo, ou o grupo na Maçonaria?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Acho que não posso responder a essa pergunta assim tão abertamente. Que havia muitos maçons, havia, mas, para mim, podem ser maçons, podem ser da Opus Dei, podem ser do Vaticano II, podem ser da esquerda, podem ser da direita...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não estou a fazer um juízo crítico. É só para perceber qual era o ambiente que existia.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Oiça, nós, a brincar, entre nós, chamávamos-lhes «os amigos de infância».

Por que razão lhes chamávamos «os amigos de infância»? Porque, conhecendo o Dr. Vasconcellos desde os 21 anos e nunca tendo ouvido falar dele, de repente, pareciam amigos íntimos, que surgiam de debaixo das pedras... Só podiam ser amigos de infância. Para mim, claro!

Se conheço o Dr. Vasconcellos desde os 21 anos, da Andersen Consulting, nunca tinha ouvido falar dele, conhecia todo o seu leque de amigos e, de repente, começam a aparecer, no grupo, uma infinidade deles, que são amigos; eu só podia defini-los como «amigos de infância».

Havia muitos...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, todos os que «saltavam de debaixo das pedras» vinham da infância. Ou, pelo menos, era assim que pacificava o seu espírito, ou que justificava de onde eles vinham.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Pois, claro.

Acho que muitos deles eram da Maçonaria. Não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Mas sem nenhum...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sem nenhum juízo de valor. É só para perceber.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Alguns deles eram excelentes profissionais e outros eram péssimos profissionais. Não era por serem da Maçonaria, ou por deixarem de ser. Era porque uns eram bons profissionais e outros eram péssimos profissionais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Deixe-me fazer-lhe outra pergunta. Isto também foi alvo de uma notícia, mas queria ver o que me poderia dizer sobre isto: em 2013, o Fundo Solaris comprou 100 % de uma empresa, a Iberian Peninsula Investments Company.

Conhece estas empresas?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ligada com a compra, depois, da Multipessoal, ou, pelo menos, com a detenção da...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Da quê?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Da Multipessoal, a empresa de recursos humanos.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não fazia parte do Grupo Ongoing.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nunca ouviu falar disso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Pode fazer parte do *family office*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, sim, está ligado.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas o *family office*, para mim, é uma *black box*. Nunca me deram... Nunca entrei, nem tive conhecimento do *family office*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Das pessoas que estavam à sua volta, sentia que alguém tinha acesso a informação desse *family office*?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Acho que aquilo estava muito centrado no Dr. Vasconcellos e naquele núcleo financeiro muito restrito.

Desconheço o nível de conhecimento que as pessoas tinham sobre as operações, porque nunca falavam disso.

É por isso que lhe digo: pode haver financiamento do BES, que tenha sido dado à esfera do *family office*, que não consigo explicar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem que ver com o papel comercial. Aquela diferença para os 600 milhões tem que ver com o papel comercial.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Papel comercial?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, tem que ver com isso.

Descobrimos também algumas sociedades ligadas a *offshore*, ou a jurisdições privilegiadas em termos fiscais, nomeadamente a Jupiter Holding Company Limited e a Unity One Limited.

Não sei se lhe dizem alguma coisa, estas empresas...?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Julgo que também deteve, a determinada altura, a La Valletta Holding Limited, mas aí já...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Essa foi minha.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim.

Uma destas empresas, a Jupiter Holding, nasce exatamente no mesmo ano, em 2011, em Malta.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Podia ser da mãe dele. Não sei, não faço a mínima ideia.

La Valletta era uma empresa que eu tinha em Malta e tinha posto lá os 6 % da Webspectator. Mas pagava impostos e eram declarados, ou seja, não era nenhuma *offshore*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Certo, certo.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas a tal Jupiter podia ser de algum deles. Não sei. Não sei qual era a empresa que eles tinham.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pronto. Era apenas para saber se, eventualmente, teria algum conhecimento sobre isto.

Sobre o papel comercial, a aquisição e a colocação em carteiras do BES, da ESAF (Espírito Santo Ativos Financeiros), do BES Vida, não tem conhecimento?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Dessa parte, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem.

É neste negócio do papel comercial, em que a Ongoing vende papel comercial ao BES, à ESAF e ao BES Vida, que podemos verificar o aumento da exposição do grupo Ongoing ao, então, BES e, depois, ao Novo Banco, num valor muito, muito significativo.

Em algumas das operações de crédito do grupo Ongoing, detetei responsabilidades muito diminutas no cômputo global das dívidas existentes do grupo, mas suscitaram-me alguma preocupação, porque estamos a falar, eventualmente, da existência de garantias de Estado.

Refiro-me a duas operações do PME Investe, uma de 500 000 € e outra de 375 000 €, portanto, um total de 875 000 €, garantidos pela sociedade de garantia mútua.

Tem ideia se isto alguma vez foi pago, ou reembolsado?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas de que empresas?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Posso verificar e, daqui a pouco, digo-lhe, porque tenho essa informação aqui.

Mas isto é, claramente, dentro do universo Ongoing.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim, sim, é possível. Mas já lhe disse: não conhecia o pormenor do dia a dia financeiro.

Mas, se me disser a empresa, posso tentar lembrar-me.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tenho aqui. São a HIS e a ST&SF.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A HIS era, nitidamente, dentro da minha esfera. Imagino que foi pago, acho eu.

Quando saí do Grupo, a Real Time Corporation tinha, em caixa, 10 milhões de euros para fazer face a um ano inteiro de responsabilidades sem problema nenhum.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 2015?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Em janeiro de 2015, havia, na caixa da Real Time Corporation, 10 milhões de euros.

Em fevereiro de 2015, tanto quanto me informaram, foram utilizados para pagar a reestruturação fiscal dos jornais no Brasil e a empresa em Portugal deixou de pagar impostos, ou retenções à segurança social.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mais um descaminho, eventualmente.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Se quiser ficar no Brasil e sair de Portugal, é melhor pagar os impostos no Brasil do que pagá-los em Portugal, não é?!

Achei kafkiano quando, outro dia, ouvi, nesta comissão, a uma pergunta da Deputada Mariana Mortágua, dizer que não pagar impostos no Brasil dá cadeia. Acho que, em Portugal, também dá cadeia não pagar impostos, mas tudo bem! Se calhar, era mais importante não pagá-los lá do que pagá-los cá.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — No dia 24 de junho de 2013, é celebrado um contrato entre a OSI (Ongoing Strategy Investments) e a Ongoing Energy, em que esta compra 39,3 milhões de ações da Impresa.

Lembra-se deste contrato? Isto foi celebrado com a ajuda do escritório de advogados Vieira de Almeida.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Essa é a tal participação que eles tinham na Impresa.

O Sr. Hugo Carneiro (PSD): — Sim. Ela foi vendida pela OSI, pela Strategy, à Ongoing Energy. E como é pago?! Com a transferência da dívida da Strategy para a Energy.

O que é que verifico aqui? Verifico que o preço acordado na transação, o preço unitário das ações, foi de 71 cêntimos, quando, na mesma data, as ações valiam 62 cêntimos. Portanto, foram considerados cerca de 10 cêntimos a mais, nesta operação.

Isto significa que a Strategy se financiou em 4 milhões de euros com a autorização do Banco Espírito Santo, que, à época, em 2013, autorizou esta transferência da dívida de uma empresa para a outra.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não conhecia essa operação, mas não me surpreende.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, usavam os negócios, mais ou menos, eventualmente, simulados, para obter financiamento nas empresas.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — É perfeitamente possível.

Não conheço, nem sabia que havia uma Ongoing Energy, mas não me surpreende... Parece-me que é uma operação perfeitamente possível de ter sido executada pelo Dr. Vasconcellos e pelo BES.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Esta empresa, a Energy, o que fazia? Faz ideia?



O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não faço a mínima ideia. Sinceramente, é a primeira vez que oiço falar dela, mas devia ser uma empresa-veículo qualquer, uma das múltiplas que havia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estava a ver se conseguia identificar quem assinou o contrato, mas, neste momento, não consigo ver, mas este contrato foi feito com a ajuda do escritório de advogados Vieira de Almeida, em 2013.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — É perfeitamente possível. Não discuto que não seja perfeitamente exequível, essa operação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pois, tenho aqui as assinaturas, mas não consigo identificar... Ou melhor, está aqui a sua assinatura.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Se tem, é porque assinei. Mas assinava tantos... É perfeitamente possível. Oiça, assinava muito disso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem. Se quiser, depois, mostro-lhe...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, mas nem sequer ponho isso em causa! Se assinei... É por isso que lhe digo... Ainda se tivesse dito: «Ah! Isso é mentira, é impossível!» Mas não! Eu disse-lhe que era perfeitamente exequível. Era o tipo de operações que...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Acontecia muitas vezes.

O Sr. Dr. Rafael Luís Mora: — Acontecia, sim. Por conseguinte, era perfeitamente possível.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Consegue explicar-nos a operação do CDS, do *credit default swap*, e os prejuízos que isto gerou para o Novo Banco?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Consigo, em parte, para já, com um viés de formação financeira.

O CDS do Credit Suisse eram os tais 2 % das ações da PT. Na altura, era titulado pelo Sr. Patrick Monteiro de Barros, que, depois, assumiu a Insight ou a Nivalis, acho eu. Foi uma destas, não sei exatamente qual foi a empresa. Não foi a Ongoing propriamente dita, foi uma das outras empresas do grupo, pode ter sido a Nivalis ou a Insight.

Basicamente, era um instrumento de crédito, onde se pagavam juros, evidentemente, mas a pertença das ações, o risco, estava no BES, estava garantido pelo BES a 100 %.

Por conseguinte, aquelas ações, quando o CDS é executado, nem sequer é executado à Ongoing, ou à Rocha dos Santos, ou à Nivalis; é diretamente para o BES, ou para o Novo Banco. Já não me lembro se, na altura, era o BES, ou era o Novo Banco, mas era de forma direta, não era por pessoa interposta.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sobre aquilo que disse há pouco, sobre o descaminho de determinados bens, em 2016, documentos internos do Novo Banco dizem que existia o risco de as empresas HIS Portugal e Brasil, IBT Portugal e Brasil, e Mobit Portugal e Brasil estarem a ser esvaziadas de contratos e de recursos humanos.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Em 2016?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 2016.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas foram avisados em 2015. Tiveram um ano para processar essa informação. Demoraram!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pelo menos, escreveram num relatório...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas demoraram! Tiveram um ano para processar a informação que já sabiam desde o ano anterior.

Isto é tão kafkiano, Sr. Deputado, tão kafkiano, que... Já nem me lembro do dia em que foi, mas vou dizer, porque acho que, nestas coisas, se é para contribuir e para ajudar, é para contribuir e para ajudar, não é para andarmos aqui a brincar.

*Pausa.*

No dia 26 de setembro de 2018, eu próprio mandei duas mensagens no Whatsapp — estão aqui —, uma para o Sr. Dr. António Ramalho e outra ao Sr. Dr. Jorge Cardoso.

Nessas mensagens do Whatsapp eu explicava uma das situações mais absolutamente indescritíveis que já vi na minha vida, que era a seguinte: no processo de falência da IBT Portugal, solicitada pelo Novo Banco, em dezembro de 2016, constituiu-se, como credor, a EDP Comercial.

Lícito. Tinha uma dívida de 1736 € (que era uma grande dívida), que era representada — a Dr.<sup>a</sup> Sandra está aqui para não me deixar mentir e,

ontem à noite, enviou-me o requerimento dos sítios onde se desligava do processo — pelo advogado do Dr. Vasconcellos.

Como é que o advogado do Dr. Vasconcellos pode representar a EDP Comercial, num crédito de 1736 €, num processo de falência, e solicitar a subordinação da dívida do Novo Banco?

Mais tarde, um ano depois do fim do prazo, aparecem, também, nesse esquema, 20 milhões de euros de duas sociedades brasileiras que nunca na vida tinham tido relação, pelo menos até dezembro de 2015 — saí em janeiro, mas, em dezembro, saiu o André Parreira, que era o CEO —, com a IBT Portugal.

Uma delas chama-se Holy Rock, que é uma sociedade-veículo que criámos no Brasil, o Dr. Nuno e eu, para fazermos um contrato com um parceiro de formação, que, depois, não chegou a ser feito e ficou parado.

Essa sociedade, de repente, gere uma dívida de 11 milhões de euros com a IBT Portugal...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, o que quer dizer é que, no processo de insolvência das empresas da Ongoing, foram reclamados créditos fictícios?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Claro! Mas qual era o objetivo? É uma estratégia extraordinária! Utilizam a EDP Comercial, com uma dívida de 1700 € — não é de 1700 milhões; é de 1700 €! —, para pedir a subordinação de uma dívida num processo de insolvência.

A subordinação implica que acabou, nunca mais se vai cobrar nada.

De repente, em paralelo, aparecem dois créditos-fantasma de 20 milhões de euros?! E o advogado que, até ontem, representava a EDP Comercial é o advogado do Dr. Nuno de Vasconcellos?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Temos de perguntar à EDP o que se passou nesse...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não! O que aconteceu foi que ontem vieram à luz e cancelaram aquilo. Como é possível que até ontem isso não tenha acontecido? Porque a EDP também recebeu, na mesma data, o mesmo *WhatsApp* que eu enviei.

O problema é aquele que digo: quando se deixa passar muito tempo, acontecem muitas coisas. Este processo de falência... Ah, e, depois, curiosamente, a EDP Comercial também solicitou que a administradora judicial fosse expulsa do processo pelo tribunal. Curiosamente, vieram depois pedir a reversão. Claro, era normal!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Fazia-lhe uma última pergunta, com a tolerância do Sr. Presidente, uma vez que o meu tempo está a acabar, a qual tem que ver com o negócio PT/Oi, de que ainda não falámos suficientemente.

Qual era o papel da Ongoing na PT? De que forma é que ela serviu os interesses do Grupo Espírito Santo e tudo o que se passou a seguir? Tendo em conta que se manteve na empresa até alguns anos mais tarde, pelo menos na administração da Pharol, agradecia se também nos pudesse explicar um bocadinho esse processo.

Obrigado pelos seus esclarecimentos.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Explico tudo, absolutamente tudo.

Primeiro, tanto durante a OPA como depois da OPA, embora a PT tivesse o estatuto blindado, acho que era uma empresa relativamente fácil de ser «OPAda». Não tenho dúvidas nenhuma de que era interessante, penso eu, à volta do Grupo Espírito Santo haver um conjunto de acionistas razoavelmente alinhado, pelo menos, estrategicamente.

O papel que tentei desempenhar sempre na PT foi o de administrador da PT e não pelos interesses de ninguém. Aliás, posso garantir-lhe, e há até sentenças judiciais nesse sentido, que o tema dos financiamentos da PT à Rioforte, verdadeiramente escandaloso, nunca passou pelo conselho de administração.

Mais: o que é verdadeiramente extraordinário — e já tive ocasião de o dizer em tribunal, em Santarém — é que... Depois pediu-se uma auditoria, como vocês sabem, a tão célebre auditoria que uns diziam que era independente, outros que não era independente e a polícia até foi à sede da PT, em dezembro, procurar um relatório escondido. Porém, não havia relatório nenhum e, quando abriram o cofre, o Sr. Procurador disse ao Sr. Secretário-Geral da PT: «Mas este relatório é igual ao que nós temos». Pois, claro! Não havia dois relatórios, havia um só relatório, mas havia muito jogo por detrás da auditoria.

Oiça, o tema da PT e da Oi daria muito que falar, mas vou tentar resumi-lo. A combinação do negócio entre a PT e a Oi foi mal feita. Acho que havia muito interesse por parte dos acionistas brasileiros; algum interesse do Grupo Espírito Santo, não como material de curto prazo, mas sim, como sabemos hoje, para preservar o tal financiamento *per saecula saeculorum* e, por isso, nas discussões, insistiam sempre muito em que a tesouraria deveria ter um parceiro privilegiado da Oi nova, da fusão, que fosse o BES — e agora entende-se porquê, claro!; e um grandíssimo interesse do Eng.º Zeinal Bava. Ele tem problemas de memória, mas eu não tenho e sei que, por aquele aumento de capital, ele ganhou um bónus de 40 milhões e, por conseguinte, teve 40 milhões de razões para ter interesse em fazer aquela operação de forma consistente.

Infelizmente, tive... Não pensem que estou aqui a ficcionar, podem verificar o que digo, até porque não gosto de falar daquilo que não sei. Anos mais tarde, como muito bem disse o Sr. Deputado, continuei no conselho de

administração da Oi e acontece que estas organizações têm esta coisa maravilhosa de que quem foi teu inimigo passa a ser teu amigo quando passas a ser o chefe. É uma coisa maravilhosa! É a magia das relações interpessoais, em que aquele que estava contra ti, seis meses depois, passa a ser teu grande confidente e melhor amigo. É normal! Não levo isto a mal porque faz parte da vida, é o que é.

Então, um dia disseram-me: «Nem imaginas, brindámos na noite em que o conselho de administração da PT aprovou a combinação do negócio. O grupo brasileiro brindou! Abrimos uma garrafa de champanhe porque você estava no Einstein, em São Paulo». Eu disse, «mas vocês são malucos?! Brindaram porque eu tinha um cancro e acabava de ser operado?!», ao que responderam: «Não! Não brindámos por isso, brindámos por você não estar na sala naquele dia, porque era impossível aprovar um negócio tão mau!». Ou seja, não se entrega os ativos antes do «casamento»! É impossível, o que foi feito...

Claro, quando tiveram a primeira desculpa, com o tema da Rioforte, os brasileiros vieram cá, em julho de 2014, e esse foi o pior fim de semana da minha vida. Porquê? Porque, de repente, quatro administradores não-executivos tiveram de se sentar a negociar com os «tubarões» brasileiros enquanto os executivos ficaram a chorar nos gabinetes e a pedir-nos: «por favor, nós não podemos falar».

Estivemos um fim de semana inteiro a discutir com o Sr. Otávio Azevedo e os seus *muchachos*, que eram 23, para ser mais preciso, e, logo na primeira proposta do Sr. Otávio — a quem achava piada porque era intelectualmente superior, mas difícil, bastante difícil, do tipo *white shark*, um tubarão muito batido no mundo dos negócios —, tive de atuar e de lhe dizer: «Otávio, há um problema. Você vem de um país com pouca história porque o que me está a exigir é o Tratado de Versalhes com uma cláusula adicional de sodomização de cada vez que você quiser. Para assinar o

Tratado de Versalhes sem cláusula de sodomização unilateral, os alemães, o Império Austro-Húngaro e o *kaiser* Guilherme, estiveram quatro anos em guerra e você pensa que vamos assinar esta cláusula em 2 minutos? Antes, teremos muita guerra».

Estivemos juntos um fim de semana inteiro e conseguiu-se um acordo que, não sendo bom, era melhor e mais razoável do que se esperava, porque estávamos a negociar — e é muito importante que se diga isto claramente — com o dono dos ativos. Nós já não tínhamos ativo nenhum! Tínhamos 25% de uma sociedade que tinha um acordo parassocial que dava controlo a dois grupos brasileiros e que nos obrigava a votar ao lado deles. Os ativos estavam todos — todos! — nas mãos deles, desde há dois ou três meses.

Como é evidente, negociar naquelas condições não é muito fácil, mas depois conseguimos dar a volta à situação. Conseguimos que o grupo brasileiro saísse, conseguimos que a Oi tivesse um modelo de governação diferente, sem acordo parassocial, mas a Oi estava falida. Entrei no conselho da Oi em outubro de 2014. Sabem o que tive de fazer para entrar no conselho da Oi?! Certo dia, peguei no telefone, liguei para o Otávio e disse-lhe: «O conselho da PT determinou que, a partir de amanhã, como moro no Brasil, ficarei como administrador na Oi». Ao que ele me respondeu: «Cara, isso é impossível». «Mas é impossível porquê, Otávio?», perguntei, e ele disse «você não é executivo, cara, você tem um parassocial». «Mas o que diz o parassocial?», questionei. «Diz que só se pode sentar no conselho da Oi um diretor ou um administrador executivo do grupo PT, nunca um administrador não-executivo», respondeu, e eu disse-lhe: «Ah, Otávio, esse é o problema?! Deixe estar que vamos resolvê-lo».

Foi muito simples, liguei para o Eng.º João Mello Franco, que era presidente do conselho da PT, e pedi uma reunião de urgência para revogar os poderes da comissão executiva e, pela lei portuguesa, passamos a ser todos executivos a partir desse momento. Sermos executivos ou não sermos era



irrelevante porque não tínhamos nada para gerir! Mandámos uma certidão dessa ata ao Otávio, perguntei-lhe se já podia e ele disse: «Agora já podes, sim».

A primeira coisa que descobri quando lá cheguei foi que o grupo Oi estava falido. Falido! Tinha uma dívida de 65 000 milhões de reais. Estava falido.

O Sr. **Presidente**: — Penso estar respondido, Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Deixe-me só terminar, muito rapidamente,...

O Sr. **Presidente**: — Rapidamente, se faz favor.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — ... porque penso que é pertinente esclarecer algumas dúvidas.

Tivemos de declarar a recuperação judicial para proteção dos credores e ninguém tem dito isto, em Portugal, mas não houve por cá manifestações dos lesados da PT. E porquê? Porque — e sei disto porque coordenei o processo — fizemos contas com a McKinsey para saber se era exequível pagar aos pequenos credores da Oi. Fomos até ao juiz da 7.<sup>a</sup> Vara, que, obviamente, ficou contente por anteciparmos o pagamento aos pequenos credores. E pagou-se integralmente — embora os brasileiros não quisessem pagar aos portugueses, eu forcei para que se pagasse também aos portugueses — a todos os credores da PT e da Oi abaixo de 50 000 reais. Por isso, os pequenos investidores portugueses que compraram dívida da PT nos balcões do BES, do BPI, da Caixa, etc., não protestaram na rua, porque foram pagos a 100% antes da assembleia de credores, que aconteceu três anos depois.

É por isso que digo que nisto da PT e da Oi há muitas histórias. Há uma fusão com a Telecom Itália, alguma venda, que é a verdadeira razão... O Bava não foi despedido por causa da Rioforte; ele foi despedido porque quis forçar uma fusão sem que os brasileiros soubessem.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Rafael Mora, muito obrigado.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Dr. Rafael Mora, gostaria que me confirmasse se, entre 2010 e 2015, foi vice-presidente da Ongoing Strategy Investments e diretor e administrador da Rocha dos Santos Holding.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Fui vice-presidente e administrador da Ongoing Strategy Investments e administrador da RS Holding, da Rocha dos Santos nunca fui.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a RS Holding era a empresa que detinha o grupo Ongoing?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é a diferença entre a RS Holding e a Rocha dos Santos Holding, que, aliás, acho que se dissolveu em 2016?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Tanto quanto presumo saber, a RS Holding tinha a Ongoing e a parte industrial, enquanto a Rocha dos Santos tinha a parte financeira, do *family office* e dos negócios deles...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a Rocha dos Santos Holding nunca teve nenhuma interferência nesses negócios, logo, também não sabia o que era a empresa Ongoing International SICAV, no Luxemburgo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem a Global Investments Opportunity Partners (GIO) no Luxemburgo, que, entretanto, também teve o nome de Ongoing International Partners?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Quanto à GIO, eu sabia que existia, até porque era acionista da Real Time Corporation.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Conhecia algum dos gestores desta Global Investments Opportunity Partners?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Conhecia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Paulo Gomes,...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Conhecia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... Rodrigo de Freitas Branco, José Maia e um homem chamado Vittorio di Bergolo. Estes nomes dizem-lhe alguma coisa.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Conhecia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem eram estas pessoas?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Eram profissionais que trabalhavam na área financeira do grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Incluindo este Vittorio di Bergolo? Era um profissional que trabalhava na área financeira do grupo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim, trabalhava na área financeira do grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Confirma que a Rocha dos Santos Holding era gerida, unicamente, pela Sr.<sup>a</sup> Isabel Rocha dos Santos, por Nuno de Vasconcellos e pela equipa financeira. É isso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Exato.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estes fundos da Global Investments Opportunity Partners, que pertenciam à Rocha dos Santos Holding, nomeadamente fundos de *private equity*.

Há pouco, dizia que não havia *private equity*, mas havia vários desses fundos, nomeadamente quatro, que geriam ativos de 280 milhões de euros. Entre estes ativos estavam a Insight SGPS e outras empresas do próprio grupo Ongoing.

Sabia qual era a estrutura de propriedade destas empresas?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. O que eu disse à Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando me referi a que não havia *private equity* em Portugal, foi que não

havia *private equity* organizada. Não quer dizer que não houvesse a pequena *private equity*. Na altura, até havia a Portugal Ventures, e, portanto, havia *private equity*, só não existia da forma organizada como hoje em dia.

Um veículo da GIO — que era a tal *private equity* —, não sei qual, que pertencia à Rocha dos Santos, era acionista da Real Time. Era acionista minoritário, mas era acionista. Já era meu acionista... Eu, enquanto presidente da Real Time, tinha a GIO como um dos meus acionistas.

Mais — se calhar, vou antecipar uma pergunta e se assim for peço-lhe imensa desculpa —: como aquela participação da GIO eram fundos que tinham sido aplicados nessa *private equity* por parte dos fundos de saúde da Portugal Telecom, pedi ao presidente da Portugal Telecom que gostaria de ter um representante da PT no conselho de administração da Real Time, na altura, foi nomeado o presidente da comissão de auditoria, que foi administrador do grupo Real Time, porque tinha uma participação lá. Eu queria que eles vissem o desenvolvimento tecnológico e operacional das empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não era só o fundo de pensões da PT, e já lá iremos.

Estes fundos GIO que detinham a Real Time, a Insight, a participação na Media Capital, a participação na PT... Portanto, os fundos GIO, que detinham as participações que eram do grupo Ongoing, não só eram financiados através das pensões da Portugal Telecom como também o eram através da BES Vida e da Espírito Santo Rendimentos. Sabia disso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Sabia que havia relações com o BES e que este tinha relações com os fundos, mas que era financiado pelo BES Vida e... não sabia, embora acredite que fosse possível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia da parte dos fundos de pensões da Portugal Telecom?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Dos fundos de pensões da Portugal Telecom, sabia eu e sabiam 10 milhões de portugueses, porque saiu em todos os jornais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os 10 milhões de portugueses souberam quando se tornou público, antes disso não sabiam.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas tornou-se público na semana seguinte. Não se tornou público um, dois, três ou quatro anos depois; tornou-se público automaticamente e ainda bem, porque acho que não era necessário que não se tornasse público.

Não estou a tentar não responder à sua pergunta, o que estou a dizer é que tanto sabia eu como sabiam 10 milhões de portugueses. Era público!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não sabia que quem estava a comprar as unidades de participação dos fundos GIO que, por sua vez, investiam na Ongoing e nas empresas da Ongoing eram fundos da Espírito Santo Rendimentos e do BES Vida?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Além da questão da PT, que era pública, não faço a mínima ideia de quem comprava as unidades de participação da GIO.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E também não sabia que a GIO tinha outros investimentos, nomeadamente transações com a sociedade Zyrkan?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Zyr... Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Z-Y-R-K-A-N.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não faço ideia. É a primeira vez que oiço esse nome.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a empresa Eurofin?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A Eurofin conheço da Operação Marquês. Nunca tinha ouvido falar nela, mas agora tornou-se pública e já sei qual é.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não sabia que era a Eurofin quem decidia uma parte dos investimentos destes fundos da RS Holding geridos pela Rocha dos Santos?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A não ser que essa tal de Eurofin... Não sei se era a Eurofin... Havia um outro acionista da Real Time que eu nunca cheguei a perceber bem quem era, porque quando perguntava também não me explicavam, mas tinha a impressão de que se chamava Guardinvest.

Não sei se terá alguma coisa que ver com essa empresa ou não. Não sei, mas a Eurofin eu nunca vi aparecer por lá até muito tempo depois, quando surgiu esta questão da Operação Marquês.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, também não sabia quem eram os sócios da Guardinvest? Já apareceu o nome, mas também não sei quem é.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não faço a mínima ideia, nunca me disseram e eu perguntei várias vezes. Sei que estava ligada ao BES, porque foi o que me disseram, mas não me disseram quem eram os donos da Guardinvest.

A participação era pequenina, nunca apareceram, nunca pediram nada, mas sei que estavam lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há pouco, falou-nos sobre os fundos de pensões da PT e houve dezenas de milhões de fundos de pensões da PT que foram investidos em produtos Ongoing.

Essa decisão foi tomada sem ir ao comité de investimentos do Fundo de Pensões, o que, aliás, levou à demissão de um dos administradores, na altura, da Caixa Geral de Depósitos na PT — eram 75 milhões de euros! —, mas, depois disso, o próprio administrador responsável por esses fundos de investimento, o Dr. Soares Carneiro, demitiu-se da PT e foi trabalhar para a Ongoing. Isto ainda foi no seu tempo. Correto?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Foi, foi no meu tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, decidiram contratar um administrador que, sem ir ao comité de investimentos, permitiu investir os fundos de pensões para financiar a Ongoing, empresa na qual era administrador.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Adoro que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me faça essa pergunta, até porque permitirá esclarecer outras questões interessantes.

Primeiro, não havia comité de investimento nos fundos de saúde da PT, pelo que o que foi dito e publicado naquela altura não é verdade. Não



havia! Tanto quanto sei, foi o Eng.<sup>a</sup> Bava quem tomou a decisão e deu instruções ao Pacheco de Melo, e o Dr. Salgado falou com ele. É verdade! Mas não havia comité de investimento naquela altura e desafio que venha alguém demonstrar o contrário.

O comité de investimento foi criado *a posteriori* e, como tal, é totalmente impossível, fisicamente, tomar uma decisão num comité que só foi criado depois da celebração do investimento.

Efetivamente, o Dr. Fernando Soares Carneiro tinha, entre outras, responsabilidades na PT, no fundo de saúde... Não era fundo de pensões, era fundo de saúde. São coisas diferentes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — São dois fundos?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim, era no fundo de saúde.

Mas uma coisa é ter a responsabilidade e outra coisa é decidir um investimento. A única coisa que ele fez foi executar a ordem que recebeu de cima, do presidente executivo, que se chamava Zeinal Bava, e do CFO (*Chief Financial Officer*), que se chamava Luís Pacheco de Melo.

Acho que o Soares Carneiro não se demitiu da PT, foi empurrado. No fundo, foi uma manobra palaciana bastante interessante na PT, naquele momento, em que o Eng.<sup>o</sup> Bava e Henrique Granadeiro, com grande habilidade e, se calhar, com base em relações privilegiadas que teriam com o Dr. Salgado, como depois viemos a descobrir, aproveitaram para dar um golpe palaciano.

Qual foi, então, o golpe palaciano? Houve umas buscas na PT por causa do... um senhor que agora até está preso... O Penedo! O filho do Paulo Penedo, que trabalhava com o Rui Pedro Soares, administrador executivo e, na altura, denominado comissário político do Governo... Eles já se conheciam e, evidentemente, a equipa de gestão da PT não gostava de não

ser ela a ter os contactos privilegiados com o Governo ou com o acionista de referência, o Dr. Salgado. Não gostavam de ser contornados e aproveitaram aquelas buscas para forçar a demissão de Rui Pedro Soares e para pôr em causa o Fernando Soares Carneiro, que também não era santo da devoção deles, porque tinha entrado no conselho de administração por influência do Ministro Mário Lino e não por sua influência.

Quanto à demissão conheço muito bem porque, na altura... Oiça, hoje em dia conheço melhor o Dr. Fernando Soares Carneiro e acho que é uma pessoa muito interessante, um bom profissional, etc., mas na altura conhecia-o mal, conhecia-o do conselho e não gostava dele. Ele foi forçado... O Dr. Salgado ligou ao Dr. Vasconcellos a dizer-lhe: «Tens de convencer o Soares Carneiro a demitir-se. Contrata-o para que trabalhe contigo e ponto final». Eu estava contra essa decisão, mas ele foi contratado na mesma. Mas não foi contratado por ter executado uma ordem do Bava; foi contratado porque queriam tirá-lo da PT.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi contrato pela Ongoing?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Foi! E foi para o Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E ele mantém-se no Brasil, a trabalhar nessa empresa?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, depois foi despedido. Esteve lá dois ou três anos e saiu.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Só para confirmar que ele foi contratado...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Foi, foi contratado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porque essa é a questão. Interessa pouco, agora, quem esteve contra ou a favor, o que interessa é que ele foi contratado e que o Dr. Rafael Mora era administrador.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Claro que eu era administrador e assinei o contrato. Para que não haja dúvidas: assinei o contrato, porque quando o presidente diz «contrata», contrata-se e eu assinei o contrato.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.

Há pouco, falou-nos de uma sociedade em Malta chamada La Valetta — muito original, tendo em conta que é em Malta! — e eu gostaria de lhe perguntar o seguinte: na base de dados de *offshore*, esta sociedade La Valetta aparece como acionista de uma outra sociedade chamada Value Capital Malta. E aparecem como outros acionistas dessa mesma sociedade a Juno Holding, que pertence a Isabel Rocha dos Santos, e a Jupiter Holding, que pertence a Nuno de Vasconcellos.

Portanto, além desta La Valetta, acerca da qual disse, há pouco, ao Deputado Hugo Carneiro, que servia para parquear as ações da Webspectator — e também já lá iremos! —, quero saber o que é esta Value Capital Malta e porque é acionista dela.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não faço a mínima ideia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve uma empresa, em Malta, em conjunto com outros acionistas da família.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Que eu soubesse, não, e quando alguém me disse — porque não tomei conhecimento disto pela Sr.<sup>a</sup> Deputada — «o senhor é aquele de Malta que gere a empresa», porque diziam que eu tinha 10% dessa Value Capital, mandei um *e-mail* a dizer: «Não faço a mínima ideia do que é isso, não sei nada disso, não quero ter nenhum negócio que tenha que ver com esses senhores e, voluntariamente, não tive».

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o facto é que tinha.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não sei! Não tenho. Eu não conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não esclareceu isso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não esclareci, pedi que tirassem a La Valetta dessa sociedade porque eu não tenho nada que ver com ela nem quero ter nada que ver com ela. Aliás, a La Valetta não existe. A La Valetta tinha uma participação de 6% da Webspectator.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas explique-me só isto: quem tem poder de, por si, colocar a La Valetta como acionista de uma outra sociedade? Quem criou estas sociedades e quem é que as geria?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não faço a mínima ideia, deve ter sido a área financeira do Dr. Vasconcellos e ele próprio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi a área financeira que lhe criou esta La Valetta?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Se calhar... Foram eles que criaram a La Valetta, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o senhor não controlava as detenções de capital que a La Valetta tinha.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Para mim, e volto a repetir, a La Valetta só tinha 6% da Webspectator.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para si. Mas, pelo visto, tinha mais. Portanto, que mais poderia ter que o senhor não soubesse?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Que eu saiba, nada mais. A única coisa que me disseram, em 2017, foi que havia uma tal Value Capital — que eu não sei o que é, sinceramente! — e que tinha 10%. Eu disse: «Pronto, tem 10%. De quem são os outros 90%?». Responderam que era da Isabel Rocha dos Santos. «Eu não posso ter uma sociedade com a Isabel Rocha dos Santos», disse eu, porque não tenho, nunca tive, nem quero ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, saiu sem nunca saber o que era. Foi assim?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — É que não quero saber nem me interessa saber o que é uma sociedade de Isabel Rocha dos Santos. Não tenho nada que ver com isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Hoje, esta participação já não existe?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Que eu saiba, não. Tenho um *e-mail* datado de 2017 a pedir que não queria ter nada que ver com isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, entretanto, presumo que tenha consultado o património da La Valetta, que é uma sociedade sua em Malta.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Acho que a La Valetta já está extinta, se quer que lhe diga. Nunca utilizei a La Valetta e ela não tem conta bancária desde 2016.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, era uma sociedade do grupo financeiro em seu nome. Certo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, a La Valetta era minha, não era do grupo financeiro. A Valetta era minha e deixou de ter conta bancária em 2016, em Malta.

Portanto, para mim, já está extinta. Não tem nada, não existe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não acede a ela.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não acedo a ela porque não tem nada. Nem conta bancária tem.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.

Há outras perguntas que gostaria de lhe fazer.

Já falou sobre a área tecnológica, que era a única área com algum valor dentro do grupo Ongoing. A Real Time Corporation SA foi transformada em Real Time Corporation L.<sup>da</sup> e passada para a propriedade total de Nuno de

Vasconcellos que, aliás, deu o mesmo golpe em várias outras empresas: na IBT Portugal e na HIS Portugal, que passam para a IBT Brasil e para a HIS Brasil. Portanto, todo o património tecnológico sai das empresas portuguesas e é transferido para o Brasil.

Essa história já conhecemos. Hoje, essas empresas pertencem à Affera e a outras sociedades em que me parece que ainda é sócio de Nuno de Vasconcellos, o seu antigo sogro, se não estou em erro... Mas essa é uma outra questão.

Há uma outra empresa, que não está registada no Brasil, a Webspectator, que está registada nos Estados Unidos. Aqui, a história complica-se um pouco pelo seguinte: a Webspectator era a sociedade, nos Estados Unidos, que tinha a licença de utilização do *software* desenvolvido pela IBT e era uma empresa com enorme valor comercial e tecnológico. A Webspectator alugava e pagava *royalties* à IBT Estados Unidos e à IBT Portugal. Esta Webspectator, que era uma empresa de valor, era detida em 80% pela RS Holding, portanto, pela família Rocha dos Santos.

Em 2014, a Golden Edge ficou com 55% desta empresa. A Golden Edge pertencia à Opportunity 2, que pertencia à Rocha dos Santos Holding. Portanto, era a família Rocha dos Santos quem controlava esta empresa que tinha valor.

Em 2016, já para fugir à possível penhora desta empresa, a propriedade da Webspectator passou para a esfera pessoal de James Risso-Gill, Diana Risso-Gill e Diana Vasconcellos. Portanto, sai da esfera do grupo Rocha dos Santos e passa para a esfera pessoal de famílias próximas de Rocha dos Santos.

Mas houve um outro processo que aconteceu com a Webspectator, que foi este: a Rocha dos Santos Holding ficou com uma parte, embora o resto tenha passado para a estrutura da família e, portanto, de fora de qualquer penhora. Essa parte foi penhorada pelo BCP... pelo menos uma parte dela.

São 283 ações e 25% da Webspectator está penhorada pelo BCP que, aliás, já «imparizou» 18 milhões, em 2017.

Importa compreender o que se passou com a Webspectator, porque, apesar das jogadas de Nuno de Vasconcellos e da família para ficarem com a propriedade da Webspectator, a empresa existia e perdeu todo o valor. E perdeu todo o valor, porque foi pirateada... Não estou a dizer isto por uma questão de opinião, estou a dizê-lo porque houve um processo, nos Estados Unidos, em que o Dr. Rafael Mora e os seus sócios André Parreira e Dulce Parreira, a sua empresa, foram condenados a pagar 30 milhões porque, basicamente, roubaram o *software* da Webspectator, juntamente com as licenças, apagaram os dados e os *e-mails* e fizeram um processo de obstrução à justiça.

Esse processo em tribunal, que está julgado e existe, pede que estas pessoas, que retiraram património da Webspectator, contra as ordens do tribunal, indemnizem a empresa em 30 milhões e que o façam tanto pessoalmente, André Parreira e Dulce Parreira, seus sócios em Portugal, como através da empresa Adcel, que presumo que seja sua. É correto?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Ainda bem que fez essa pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque tenho o máximo prazer em dar-lhe informação adicional sobre esse processo, que é verdadeiramente escandaloso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare que...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas tem interesse em saber ou não tem? É que se tiver interesse explico, mas se não tiver não explico.



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos só combinar uma coisa na sua resposta, que é o seguinte: eu conheço a decisão do tribunal nos Estados Unidos que condena os seus dois sócios e conheço também a queixa que fizeram ao Ministério Público em Portugal, que conta a história contrária.

Portanto, se há coisa que sei é que não há inocentes, mas isto não é uma comissão para vir apenas contar a sua versão; estou a fazer-lhe uma pergunta e quero respostas, não quero apenas que me conte a sua versão dos factos.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Eu respondo a tudo. Oiça, a minha versão; não são versões. Eu só falo de factos.

Conhece também a sentença posterior, de Delaware, em que se ratifica a propriedade do *software* e o conselho de administração da IBT nos Estados Unidos, ou não conhece?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já lá vamos.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Conhece ou não conhece?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Conheço uma sentença que dá a propriedade da IBT USA, dos Estados Unidos, ao Dr. Rafael Mora.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — E também é uma sentença judicial americana.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Também é, mas não apaga a anterior.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não tem que apagar a anterior, são coisas diferentes.

A Webspectator era uma sociedade que, como muito bem disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, pertencia 80% à RS Holding, 6% a André Parreira, 6% a mim — estava, como lhe disse, parqueada na La Valetta — e 6% ao Dr. Nuno de Vasconcellos, que depois mudou para outro lado qualquer, porque não queria tê-la em seu nome.

Em dezembro de 2015, o Dr. Vasconcellos decidiu despedir o Sr. André Parreira da IBT Portugal, porque este se negava a transferir os ativos para o Brasil, mas esqueceu-se de um pequeno pormenor. Eu já não estava no grupo, mas acompanhei o processo, e ele esqueceu-se de um pequeníssimo pormenor: é que o Sr. André Parreira não podia ser despedido porque, quando vendeu a IBT ao grupo Ongoing, havia um acordo parassocial que assegurava que ele não seria despedido e ainda tinha uma dívida de 10 milhões com o grupo Ongoing.

Então, foi assinado um contrato entre Isabel Rocha dos Santos, em representação da Golden Edge — que entretanto, supostamente, tinha 55% da Webspectator —, a vender ao Sr. Parreira e ajustando a sua saída do grupo IBT em troca de ficar com esses 55%...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por 10 milhões.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, não. Por 20 milhões.

Não foi por 10 milhões, foi por 20 milhões, porque eram 10 milhões que lhe deviam mais 10 milhões que ele teria de pagar, em prazo, tempo e forma a discutir. Isso foi um contrato assinado em dezembro de 2015.

Em julho de 2016, o Dr. Vasconcellos decidiu rasgar esse contrato e assumir o controlo da Webspectator. Foi, então, aberto um primeiro processo em Delaware, anterior àquele que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, para discutir se,

efetivamente, o Dr. Vasconcellos poderia ter essa propriedade. Foi um processo que teve depoimentos e, durante os mesmos, em abril de 2017, chegámos à extraordinária conclusão de que o Sr. Parreira tinha sido enganado. E tinha sido enganado porquê, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Porque tinha comprado...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ações que tinham sido compradas indevidamente pela Golden Edge à RS Holding. Eu conheço a história.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Ainda bem que conhece porque, assim, fica tudo esclarecido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não quero entrar em versões conflitantes entre dois acionistas privados sobre um conflito entre eles, a minha pergunta é outra.

Há um tribunal nos Estados Unidos que condena ao pagamento de 30 milhões à Webspectator, que é uma empresa da propriedade do BCP por via de uma dívida da RS Holding. A minha pergunta é sobre este pagamento que é preciso fazer à Webspectator.

Há uma empresa chamada Adcel que foi intimada pelo tribunal americano a pagar essa dívida e o que lhe perguntei foi se a Adcel é sua.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não é.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe a quem pertence?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não sei, eu não tenho nenhuma empresa chamada Adcel.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E não sabe a quem pertence esta empresa?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não sei e nunca fui notificado pelo tribunal.

Vamos lá a ver, essa história, esse processo de que alguém lhe deu conhecimento, não lhe deu conhecimento sobre tudo...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu li isso no tribunal de Delaware, não preciso que ninguém me dê conhecimento de nada.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — E por acaso leu a parte em que, no tribunal de Delaware, o juiz disse aos advogados do Dr. Vasconcellos que lhe estavam a mentir sobre o facto de me terem notificado a mim e a mais não sei quantas empresas? Leu essa parte, ou não leu?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Li muita coisa e nem vou contar metade do que li do tribunal de Delaware, porque acho que há coisas muito tristes.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Pronto! É que eu não fui julgado nesse processo da Califórnia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu sei que não foi.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — E não fui julgado pela simples razão de que mentiram ao juiz, sobre isso e sobre muitas outras coisas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que lhe estou a perguntar é sobre a empresa Adcel que foi chamada a pagar.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Oiça, não conheço a empresa Adcel, não sei. Não é minha.

Eu tenho uma empresa que se chama ADC, aqui em Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A ADC Premium. É sócio dessa empresa?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sou sócio... Tenho ações dessa empresa, poucas, mas tenho e trabalho nela. E não tem nenhum processo, nem em Delaware, nem na Califórnia, nem na China comunista.

É verdadeiramente importante que se esclareça isto de uma vez por todas, porque estamos na Casa da Democracia e acho que, quando se está nesta Casa, há uma coisa importante que se chama — e eu não sou um grande especialista, muito menos Deputado — direitos, liberdades e garantias.

Nesse processo que o Dr. Vasconcellos, via Webspectator, controlando-a ilicitamente... Porque nós demitimo-nos com a autorização do chanceler Slights, quando lhe explicámos que aquele contrato já não era um contrato e, depois, abriu-se aquele processo onde o Sr. Parreira foi condenado, porque disseram que apagaram uns *e-mails*. Foi só por isso, não foi por mais nada, porque a única coisa que o juiz americano deu como provado foi que apagaram os *e-mails*, mas negaram-lhe o direito a defesa. O Sr. Parreira ficou arruinado, não podendo pagar aos advogados e pediu ao tribunal americano um advogado oficioso, o qual lhe foi negado.

Explique-me como é que um cidadão pode ser julgado e defender-se a si próprio num esquema absolutamente tecnocrático!? E geraram-lhe um *default* de 30 milhões de dólares, é verdade.

É verdade, mas o que também lá aconteceu — e foi por isso que também tive de abrir um processo em Delaware sobre o *software* — foi que eles fizeram uma declaração ajuramentada ao tribunal americano a pedir uma providência cautelar para utilizarem o *software*, com base numa declaração falsa, o que me levou um ano e muitos euros a demonstrar o contrário.

Tudo isto faz parte e sei que, para a Sr.<sup>a</sup> Deputada, seremos todos culpados. Tudo bem! Não tenho problema nenhum, estou aqui a explicar os factos e, perante eles, poderemos ter argumentos, tirar conclusões e ter ideias.

O que é um facto é que o Sr. Parreira foi condenado, porque apagou *e-mails* que depois apareceram num processo em tribunal que deveria ter sido julgado cá, sobre a insolvência da PT, há 15 dias, mas que não foi julgado, porque o Sr. Vasconcellos não podia vir por causa da pandemia. Ou seja, como é que se podem apagar *e-mails* nos Estados Unidos que, depois, aparecem em Portugal?

É tudo muito curioso, percebe!?! Mas o que é um facto é que, para inventar histórias, todos têm muita capacidade.

Factos são factos e, efetivamente, o Sr. Parreira foi processado sem direito a defesa, nos Estados Unidos. Parece-me chocante que um tribunal não conceda um advogado a um arguido, a um *defendant*, como eles dizem. Acho extraordinário que o tribunal lhe tenha recusado — repito, recusado! — o direito à defesa. Acho extraordinário! E isso também está escrito no mesmo processo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mortágua leu.

Depois, na questão do BCP, que tinha 25%, sim, foi representado por um advogado do BCP que entretanto morreu — que descanse em paz! —, o Soares da Silva, que insistiu para que gastássemos dinheiro, eu e o Parreira, para irmos a Nova Iorque, ele de Los Angeles e eu de Lisboa, e estarmos em Delaware, no primeiro processo, para fazermos um acordo. Eu disse ao Soares da Silva «Ó João, o Vasconcellos não vai aparecer, mas ele

respondeu: «Vai. Ele prometeu-me a mim e ao BCP que ia. Vamos todos para Delaware».

Estivemos em Delaware e sabe quem foi o único que não apareceu? O Dr. Vasconcellos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, eu não vou, sequer, dar-me ao trabalho de contrariar algumas coisas que o senhor disse porque não é esse o meu papel. Esse é um processo que está a ser julgado em tribunal e posso apenas dizer que esta decisão do tribunal de Delaware contraria alguns desses pontos, mas, como referi, esse não é o meu papel aqui.

O meu papel é o de compreender o papel da Webspectator, que foi dada como penhor de dívidas ao BCP e, eventualmente, ao Novo Banco — que já não conseguiu lá chegar porque a empresa já não valia nada e, entretanto, a estrutura da propriedade foi delapidada — e perceber o que aconteceu ao património dessa empresa.

Que essa empresa não vale nada, isso é mais do que óbvio e nem percebo onde está a licença do *software* neste momento. Sei que há três empresas em Portugal — a Gorgeous Equation, a Insurads Tech e a ADC Premium — que lhe pergunto se são suas e se é verdade que o são em parceria com o Sr. Parreira, e há também a Webspectator Brasil Publicidade Digital, que existe no Brasil.

O que lhe pergunto é se estas empresas operam, ou não com a tecnologia que havia sido desenvolvida pela Webspectator.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A Webspectator Publicidade, no Brasil, foi criada quando, em dezembro de 2015, o Sr. Parreira comprou à Golden Edge a maioria do capital da Webspectator, tendo sido fechada logo a seguir, depois de abril, quando saímos da Webspectator, porque, como lhe

disse, na opinião do comprador, que era o Sr. Parreira, estava um ativo no contrato que tinha sido enganado.

As outras três sociedades operam em Portugal e não têm rigorosamente nada que ver com o *software* da Webspector. Eu gostaria de ter o *software* da Webspector, porque, em parte, também é meu, sabe!

O *software* da Webspector foi atribuído por uma providência cautelar de um juiz da Califórnia que disse, claramente, «vou aceitar que a Webspector utilize o *software*, mas não me vou pronunciar sobre a propriedade. Esse é um tema de Delaware», cuja sentença a Sr.<sup>a</sup> Deputada também já disse que conhece — e ainda bem! — e que não outorga a propriedade do *software*, evidentemente.

Mas eu digo-lhe onde está a Webspector. Ela foi delapidada pela simples razão de, depois desse processo, haver um outro processo posto pela própria Webspector contra os advogados da Webspector dos Estados Unidos, o qual não chegou a ser julgado e, se calhar, talvez seja por isso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tenha conhecimento da sentença. É que há um *private file* de um *extrajudicial agreement* em que a Webspector recebeu vários milhões de dólares do seguro dessa sociedade de advogados.

Mas esses milhões de dólares desapareceram e, digo-lhe mais, a Webspector — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode confirmá-lo agora — já nem representante na Delaware tem porque deixou de ter atividade.

Há outra sociedade, chamada Adsensor, que é a que está a operar o *software* que foi roubado à IBT USA nesse processo. Isso também está na denúncia que fizemos à Procuradoria-Geral da República.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — De quem é a propriedade da IBT USA, neste momento?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — É da IBT e minha.



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sua e da IBT?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Da IBT, da massa falida.

No conselho de administração estou eu, aqueles que estavam e a Dr.<sup>a</sup> Andreia Penetra, que é administradora judicial da massa falida.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Dr. Rafael Mora ainda é acionista da IBT USA?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a IBT USA, por sua vez, é também credora da IBT?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, credora da IBT não é.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É só participante... neste caso, subsidiária da IBT?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Subsidiária, sim. Não é credora.

Não conheço nenhum crédito que tenha sobre a IBT Portugal. O que temos, sim, é um crédito de 4 milhões de dólares, à data — hoje em dia seria mais, mas como entretanto desapareceu! —, sobre a Webspectator por *royalties* não pagos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas essa é outra questão.  
Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Paulo Correia inscreveu-se para fazer perguntas.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Rafael Mora, não é a primeira vez que a Ongoing é trazida a uma comissão de inquérito.

Em 2010, a empresa foi trazida ao Parlamento e foi objeto de um inquérito parlamentar, no caso PT/TVI, e, na altura, um ex-Deputado do PSD, Agostinho Branquinho, perguntou: «O que é a Ongoing?». Certamente, recordar-se-á disso, que se passou em fevereiro de 2010. Oito meses depois, o Deputado Agostinho Branquinho abandonava o Parlamento, contratado pela Ongoing, passando a ser dirigente da empresa no Brasil.

Não lhe vou perguntar o que foi a Ongoing, porque conhecemos a sua história e esta audição veio autopsiar ainda mais o que ela foi, mas vou perguntar-lhe como é que o ex-Deputado Agostinho Branquinho foi contratado pela Ongoing.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Antes de mais nada bom dia, porque não tive ocasião de o cumprimentar.

Se bem me recordo, a pergunta feita pelo Deputado Agostinho Branquinho não foi na Comissão Parlamentar da PT/TVI...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi, foi.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Foi?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu estava na Comissão e posso confirmar...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Então foi erro meu, porque quando estive na Comissão, acho que foi em 2011, naquela Comissão não estava o Deputado Agostinho Branquinho, mas pode ter sido erro meu. Peço imensa desculpa, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Mas nós temos prova presencial.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não há dúvida nenhuma. E estando a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles a dizer isso, quem sou eu para dizer o contrário, mas no dia em que estive na Comissão o Deputado Agostinho Branquinho não estava.

Quando o Dr. Vasconcellos me disse que queria contratar o Dr. Agostinho Branquinho — o motivo não sei qual é —, só pus uma condição: primeiro, que ele se demitisse e deixasse de ter qualquer responsabilidade pública, depois, era contratado e se fosse para o Brasil perfeito, melhor ainda. Foi para o Brasil gerir um grupo — não sei se o Sr. Deputado já tinha chegado quando comecei a falar sobre isto — que era o grupo EJESA dos jornais no Brasil, que era 70% ou 80% propriedade da ex-mulher do Dr. Vasconcellos e 20% ou 30% do grupo Ongoing.

E foi a função que o Dr. Agostinho Branquinho, porque quando ele entra no grupo já não era Deputado, embora me dissessem que não havia incompatibilidade... Mas eu dizia que para mim era igual, que para trabalhar lá primeiro tinha de deixar de ser Deputado e depois era contratado... Ele dizia: «Mas manda-me uma carta de oferta». Eu respondi: «Não». Até falei com ele na altura e disse-lhe: «Não vou mandar carta de oferta nenhuma. Primeiro demite-se e depois de se ter demitido eu, então, honro a palavra do presidente do grupo. Enquanto for Deputado não lhe vou enviar nenhuma carta de oferta». E não enviei!

E foi contratado sim, é verdade; foi para o Brasil, sim, é verdade; e trabalhou na gestão dos jornais vários anos, sim, é verdade; mas a única condição que lhe pus, naquele momento, que me parecia ser minimamente necessária, foi que primeiro se demitisse do seu cargo de Deputado, sendo que depois seria contratado. Não receberia nenhuma oferta formal de contratação enquanto fosse Deputado. E assim foi.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, foi o Dr. Nuno Vasconcellos que...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Que o convidou...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... disse ao Dr. Rafael Mora para contratar o ex-Deputado Agostinho Branquinho?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, que queria contratá-lo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas não explicou por que razão.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não.

Disse que queria contratar. Também contratava tanta gente, na altura... É que não era só um; eram muitas pessoas.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Esse comentário desqualifica a contratação.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não desqualifica, mas é verdade que ele contratou muita gente. Ele contratou o Dr. Branquinho....

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas o Dr. Rafael Mora, pelo que percebi, cumpria ordens sem nunca questionar as ordens.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não! Eu questionava muito as ordens. Já expliquei aqui...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas eu já o ouvi a dar respostas, dizendo: «Fiz, porque me mandaram».

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não é que eu tivesse feito, porque me mandassem. Fiz porque há uma determinada coisa que já não consigo ultrapassar. Trabalho num grupo...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Estávamos em 2010, portanto.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim, estávamos em 2010. Perfeito e maravilhoso.

Mas, a primeira contratação esotérica foi de um senhor italiano que se chamava Carmelo Furci. Se calhar, ao Sr. Deputado não lhe diz nada, mas foi o antigo presidente da Telecom Itália. Estive lá 8 ou 9 meses e acabou por sair... Custou uma fortuna.

Depois começaram a vir outros... Por exemplo, o Silva Carvalho. No caso do Silva Carvalho o que me disse, na altura, foi a única coisa com a qual não lido bem, e que foi: «Tens medo de contratar pessoas *high profile* para não te fazerem sombra». Respondi: «Então, se queres contratar pessoas *high profile*, contrata, o grupo é teu, é da tua mãe, não é meu!»

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim, isso já ouvimos há pouco, a respeito do Dr. Silva Carvalho. Mas fiz uma pergunta sobre o Dr. Agostinho Branquinho.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — E já lhe disse...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Cumpriu uma ordem sem questionar?

Com verdade — está a responder aqui ao inquérito parlamentar —, quando o Dr. Nuno Vasconcellos lhe deu a ordem de contratar o ex-Deputado Agostinho Branquinho, o Dr. Rafael Mora não questionou a ordem, simplesmente cumpriu-a?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não. Naquele momento... Eu depois do Silva Carvalho nunca mais questionei ordens desse tipo. Não queria que me acusassem de contratar pessoas de *high profile* que me fizessem sombra. Por conseguinte, se queriam contratar, eu só punha condições, que eram as condições em que ia contratar.

E a condição que pus naquele momento — e tinha capacidade para o fazer, e fi-lo — era de que não fazia nenhuma oferta enquanto ele fosse Deputado. E assim fiz!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas, na altura, o ex-Deputado Agostinho Branquinho estava na disponibilidade de acumular a função de Deputado com as funções...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Pois não sei. Mas queria receber uma oferta antes de se demitir.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Receber uma oferta, como assim?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Queria ter uma proposta de trabalho formal antes de se demitir. Queria ter um documento que dissesse: será aceite em tal dia, para estas funções e com este salário... Queria uma proposta de trabalho.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E isso aconteceu?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Depois de ele se demitir.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Primeiro, demitiu-se e depois recebeu a proposta?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Exatamente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito bem.

O Dr. Rafael Mora está aqui, acima de tudo, porque a Ongoing deixou uma dívida de cerca de 600 milhões de euros ao Novo Banco.

Vou perguntar-lhe se se considera corresponsável por essa dívida, se se considera devedor do Novo Banco.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Vamos lá ver, tecnicamente não. Tecnicamente não sou devedor, porque as empresas nas quais trabalhei e que geri, efetivamente contraíram dívidas com o Novo Banco, é verdade, mas, quando eu saí, as dívidas não estavam ainda em incumprimento.

Além disso, como clarifiquei no início da minha audição — não sei se o Sr. Deputado já estava presente ou não —, não sou sócio da Ongoing, nem da RS Holdings, nem da Rocha dos Santos. Nunca fui acionista delas. Por

consequente, se me diz que tive responsabilidade na contratação dos créditos, efetivamente, obviamente, não posso ser tão cínico ao ponto de querer chegar aqui, olhar o Sr. Deputado, que representa a autoridade neste País, nos olhos e dizer: «Não, não tenho nada que ver». Não é verdade.

Claro que tinha, eu geria empresas que tinham créditos e até o Sr. Deputado, muito amavelmente, me explicou. Eu disse-lhe aquilo de que me lembrava e que podia justificar do ponto de vista operacional. É verdade. Mas quanto às condições em que aqueles créditos passaram a ser créditos em dívida, aí eu já não estava no grupo; quanto às condições pelas quais aqueles créditos não se recuperaram, eu também já não estava no grupo; quanto às condições por que se deixa acontecer que haja empresas que sejam desviadas, eu também não estava no grupo.

E digo-lhe, não sei se os 600 milhões... Parece-me que os 600 milhões seriam muito difíceis de recuperar apenas no âmbito das empresas tecnológicas e de *media*. Mas 300 ou 400 milhões, se aquilo tivesse sido bem gerido, se se tivesse, por exemplo, aproveitado aquela oportunidade dos *management buyout* que foi dada...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quem é que tem de assumir a responsabilidade da dívida da Ongoing ao Novo Banco?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Como, Sr. Deputado?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quem é que tem de assumir a responsabilidade da dívida da Ongoing ao Novo Banco?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não sei. Sinceramente não sou ninguém para atribuir responsabilidades. Não me considero com esse direito.



Mas a pessoa que geria a área financeira e a relação com o BES chama-se Dr. Vasconcellos, é um facto.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Indo agora às relações com o BES, foram contraídos alguns créditos e é à conta dessa montanha de créditos que hoje paira esta dívida sobre o Novo Banco, cujas perdas são imputadas ao Fundo de Resolução — ou seja, com intervenção do Estado, através do Fundo de Resolução — e é por isso que constituímos este inquérito e é por isso que está cá hoje.

Quem foram os responsáveis pela negociação, por parte da Ongoing, com o BES?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Oiça, o Sr. Deputado não esteve aqui no início...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas ouça, o senhor...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não, não, mas deixe-me...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não, eu estava cá no início, ouvi atentamente a sua intervenção inicial, mas faço-lhe as perguntas que entendo serem oportunas. Escusa de estar sempre a fazer essa introdução. Só lhe peço para responder, por favor. Nem que se repita.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Como disse, Sr. Deputado?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nem que se repita.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Ah, nem que se repita. Com certeza.

Mas eu na verdade sou muito... Sinceramente, é como sou...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O senhor está também aqui a ter uma oportunidade para se explicar, portanto, eu faço-lhe a pergunta, peço-lhe que, por favor, responda.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Mas estou a dizer ao Sr. Deputado, com toda a educação, sem agressividade e sem nenhuma vontade de...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Já é a segunda vez que começa a resposta a dizer: «O Sr. Deputado não estava cá no início...». Eu estava cá no início, ouvi atentamente a sua intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Peço-lhe imensas desculpas. Se o Sr. Deputado estava cá no início, com toda a humildade, olhando-o nos olhos, peço-lhe imensas desculpas.

Mas sem qualquer tipo de agressividade, sem qualquer tipo de tentativa de fugir à questão, já disse — repito — que as relações com o BES eram da responsabilidade pessoal do Dr. Vasconcellos. E na relação do dia a dia com o banco, como também já aqui foi dito pelo Dr. Daniel Santos, em sede desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu pouco participava.

Por conseguinte, se o Sr. Deputado me estiver a perguntar quem era o responsável último da relação com o BES, era o Dr. Vasconcellos, presidente do grupo, que tinha essa responsabilidade.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Dr. Rafael Mora nunca teve nenhuma relação contratual nesses créditos com o BES?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Posso ter assinado créditos com o BES.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E quando assinava os créditos não questionava?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Eu posso questionar, mas volto a repetir — e vou voltar a repeti-lo — eu trabalhava num grupo que tinha dono e o dono dizia-me: «Vamos fazer um crédito com o BES». E eu dizia sempre: «Estamos com uma dívida alta». Respondiam: «Mas há forma de a pagar». Tudo bem. Então, eu posso ter assinado...

Eu assinei a transferência da dívida do BES, que me parecia oportuna e inteligente, porque era uma transferência que assinei — e me pareceu justa — para passar a dívida da *holding* para as empresas operacionais à quais a dívida dizia respeito. Parecia-me que este pedido do BES era um pedido lícito. Enquanto instituição financeira é uma coisa ter a dívida na *holding* e é outra coisa tê-la no ativo em baixo. Pareceu-me lícito e assinei, perfeitamente; pareceu-me normal assinar esse tipo de operações.

Mas uma coisa é eu assinar um contrato — e assinei vários — e outra coisa é ter uma relação com o BES. Como o Sr. Deputado sabe perfeitamente — e até aqui foi dito pelo diretor do BES, que cá esteve — a minha relação com o BES foi muito, não diria reduzida, mas foi... Eu não negociava contratos com o BES, eu não negociava créditos... A minha função era operacional, meramente.

Eu fui ao BES duas ou três vezes explicar os *business plans*, no âmbito do ETRICC (Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito). Fui! Chamaram-me e eu fui, expliquei os *business plans* das empresa tecnológicas, todos eles, com pormenores, com detalhes, etc.

Fui lá quando o BES me disse que tinha de ter um CFO (*Chief Financial Officer*) nomeado por eles na *holding* de tecnologias no Brasil. Sim, senhor! Só pus duas condições: que fosse uma pessoa competente e que morasse no Brasil, que era onde estava a sede da companhia.

As condições foram cumpridíssimas, a pessoa era competente, residia lá e o BES nomeou um CFO para a Real Time, e muito bem.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, resumindo, o Dr. Rafael Mora cumpria ordens do dono do grupo, o Dr. Nuno Vasconcellos.

Também na contratação de créditos e quando assinava, ou quando teve responsabilidades contratuais, foi sempre por ordens do Dr. Nuno Vasconcellos. É isso que podemos concluir?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — O que pode concluir — que não é exatamente aquilo que eu disse — dito pelas minhas palavras, é o seguinte: eu, no que diz respeito à área financeira, com certeza que cumpria ordens do dono do grupo, porque era ele que negociava os créditos com o BES. E eu cumpria ordens do dono do grupo, sim, senhor, cumpria-as!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quando o BES caiu, em agosto de 2014, houve alguma reunião de urgência para analisar não só a exposição do grupo Ongoing ao BES mas, sobretudo, as consequências que poderiam advir para o grupo Ongoing da queda do BES e da criação de um banco de transição?

É que há pouco — como ouvi atentamente as suas intervenções desde o início — disse que houve uma relação como o Novo Banco ainda do seu tempo, que não foi a mais indicada, a mais desejada, que houve até reuniões com o Dr. Vítor Fernandes.

Portanto, pergunto-lhe: houve alguma reunião por altura da resolução do BES e da criação do Novo Banco?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — A reunião que eu mencionei, com os Drs. Daniel Santos e Vítor Fernandes não foi minha nem foi nesse sentido, foi já em 2015, muito depois da resolução do BES, e tinha que ver com o *management buyout* da HIS Brasil.

Naquela altura — como também já referi, efetivamente, tem razão — o que disse foi que desde julho de 2014 até dezembro 90% do meu tempo foi dedicado à PT e à Oi, mas, no entanto, alertei — e tive reuniões com o Dr. Vasconcellos e com a sua mãe — para a necessidade — e disse isto em resposta ao primeiro Sr. Deputado que me inquiriu — de planificar uma estratégia de *leveraging*, ou seja, de venda de ativos de forma a poder reestruturar e negociar um plano de pagamentos da dívida, uma vez que, estando o BES em processo de resolução, entendia que era importante fazer esse tipo de acordo.

Também já mencionei aqui — e repito — que o Dr. Vasconcellos se negou categoricamente a fazê-lo, dizendo que estava em negociações pessoais com um fundo de *private equity* inglês que iria comprar o crédito ao Novo Banco.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E qual era o fundo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não faço a mínima ideia de qual era o fundo, porque, se quiser que lhe diga, não acreditava que houvesse qualquer fundo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Pode dizer-nos, mais ou menos, em que altura é que foi essa conversa?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim. Foi em outubro, mais ou menos, de 2014.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em outubro de 2014, o Dr. Nuno Vasconcellos diz ao Dr. Rafael Mora que estava em contactos, em negociações com um fundo inglês que, supostamente, ia negociar com o Novo Banco a aquisição dos ativos tóxicos...

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Dos créditos, dos créditos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Portanto, este fundo inglês ia negociar com o Novo Banco a aquisição dos créditos, dos ativos da Ongoing no Novo Banco, é isso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — É.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E não soube mais, não conheceu mais nenhum desenvolvimento acerca disso?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não! Já disse aqui que, em dezembro, voltei a insistir sobre o tema e voltou a dizer-me — neste caso foi a mãe do Dr. Vasconcellos — que o Nuno achava que o meu plano não era válido e que não tinha de se negociar com o banco, porque ele estava a fechar o acordo com o *private equity*. Muito bem.

Depois tive aquele almoço em que me disseram que não percebiam porque é que ele não era presidente das tecnológicas, que também pareceu muito bem e depois fui-me embora.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra, por 5 minutos, ou menos, de intervenção para concentrar as suas perguntas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Rafael, gostava de lhe perguntar sobre uma operação realizada em Portugal que teve que ver com a aquisição do *Diário Económico*.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O *Diário Económico* foi comprado por 27,5 milhões de euros com um financiamento do Banco Espírito Santo no valor de 24 milhões de euros. Julgo que o Dr. Rafael foi a pessoa que esteve na parte operacional da concretização deste negócio.

Foi pago um preço pela aquisição do *Diário Económico* com um múltiplo de 20 vezes o valor que o diário, efetivamente, tinha. Gostava de perceber porque é que foi pago este preço, quais foram os contornos desta operação, qual foi o seu papel, em concreto, e o papel do Dr. Nuno Vasconcellos — ou de outras pessoas — no âmbito deste negócio.

Gostava de lhe perguntar também se o *Diário Económico* era um instrumento da Ongoing, do Dr. Nuno Vasconcellos, ou dos seus «amigos de infância» — como lhes chamou há pouco —, para prosseguir os seus propósitos de diversa natureza, fossem eles quais fossem. Esta era a primeira pergunta.

A segunda pergunta tem que ver com aquela sociedade que ainda existe registada em Malta, a Value Capital Limited, em que ainda aparece, à

data de hoje, aqui, a La Valletta Holding como acionista desta sociedade. Portanto, a pergunta que gostaria de lhe fazer é sobre que diligências é que foram tomadas, da sua parte, para sair da sociedade e o que é que explicará, eventualmente, que ainda não tenha saído, uma vez que este registo se mantém disponível no registo de empresas em Malta.

Voltando, por fim, a algo que há pouco tinha referido, o tal negócio da venda das ações da Impresa, da Ongoing Strategy Investments à Ongoing Energy SGPS.

Há uma diferença de cerca de 10 cêntimos, como disse há pouco, entre o preço assumido nesta comercialização e o preço de mercado das empresas, o que permitiu à Ongoing Strategy Investments a possibilidade de encaixar 4 milhões de euros, sendo que o pagamento não foi feito em *cash*, foi feito com a assunção pela Energy de uma dívida que existia da Strategy ao Banco Espírito Santo, à data.

Há pouco, eu não consegui concretizar quem é que assinou este contrato, apenas referi o seu nome, porque me apercebi dele aqui nos documentos, mas agora tenho estes elementos aqui mais presentes e posso dizer-lhe que do lado da Ongoing Energy assinaram Nuno Rocha Vasconcellos e James Edward Risco-Gill, enquanto presidente do conselho de administração e administrador, respetivamente; e do lado da Ongoing Strategy Investments (OSI), assinaram Rafael Mora e Gonçalo Cruz Faria de Carvalho.

Portanto, as perguntas que gostava de lhe fazer aqui são: quem é James Edward Risco-Gill e quem é Gonçalo Cruz Faria de Carvalho? E, em função deste lembrete que eu aqui fiz, lembra-se desta operação em concreto? Confirma que esta foi uma forma de a Strategy encaixar 4 milhões de euros atendendo ao diferencial do preço constante do contrato do valor de cada ação, de 71 cêntimos, e o valor de mercado, que era de 62 cêntimos? E o que é que foi feito, eventualmente, a este dinheiro? Ainda se lembra disso?



Isto foi em 24 de junho de 2013, assessorado pela Vieira de Almeida.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Oiça, com respeito à pergunta mais simples, que é a que se refere à Value Capital e a La Valletta, tanto quanto julgo saber, já não existia na última informação que tinha. Mas vou verificar novamente e, se assim for, voltarei a insistir, porque, volto a repetir, La Valletta, sim senhor, era minha, não tem conta bancária desde 2016, já pedi que fosse fechada, já me disseram que estava fechada e, por conseguinte, espero que seja fechada.

No que diz respeito ao *Diário Económico*, de facto, participei nessas negociações, até com alguma atividade. Foi um negócio curioso, porque foi um negócio um pouco «martelado» cá em Portugal, por assim dizer. Peço desculpa pela expressão, acho que não é uma expressão muito técnica, mas estava um bocado viciado, se quiser, porque havia pressão política. Apercebi-me durante a negociação que na compra do *Diário Económico* havia muita pressão política para que o comprasse o Grupo Lena. Isso fez subir o preço e o múltiplo, é verdade, é um facto.

O Dr. Vasconcellos queria muito comprar o *Diário Económico*, porque tinha... Insistia muito em comprar o *Diário Económico*.

O processo estava a ser gerido por um banco, mas o dono do *Diário Económico* era a Media Capital... Desculpe, não era a Media Capital, era o grupo italiano que se chama RCS, com os jornais *El Mundo* e *Marca*... Bom, um grupo espanhol que era proprietário do *Diário Económico*.

Por acaso, e por motivos de nacionalidade, eu conhecia o administrador delegado desse grupo e apercebi-me de que havia aqui um processo estranho, que havia uma data para entregar a proposta, entregava-se a proposta e depois aparecia outra duas horas mais tarde... Havia uma série de movimentações estranhas, e consegui identificar que, efetivamente, havia muita pressão do Grupo Lena para comprar.

E, quando me apercebi disso, tomei a liberdade de apanhar um avião, ir a Madrid e falar com este senhor que, além disso, deixou de ser administrador delegado deste grupo há cerca de um mês, mês e meio — vi a notícia na imprensa. E com total frontalidade disse-lhe: «Ouça, se o negócio já está feito, e se tu queres vendê-lo ao Grupo Lena diz-me e não fazemos figura de parvos e vamos embora. Mas se queres que seja um processo com um leilão aberto, então faz-me um favor: não abras as propostas em Portugal, dá uma data, uma hora, pegas nas propostas, trazes as propostas para Madrid, abres tu as propostas e escolhes quem quiseres».

Ele disse: «Não...» — disse-me ele na altura — «... Rafa, não é verdade, eu quero obter o maior valor possível ...» — muito bem! — «... e vou fazer aquilo que me estás a sugerir, vou pedir ao banco que está a intermediar esta operação que pegue nas propostas fechadas, lacradas, e que mas envie para Madrid e que as abram à minha frente e eu vou escolher aquela que for...».

Na altura, lembro-me de que foi uma operação que estava a ser assessorada, para nós, pelo BESI, e na altura era por 27 milhões. E eu disse: «Ponham 27,5, porque com 27 não sei...», tinha o palpite de que era muito à justa, não é? E, efetivamente, as propostas foram uma de 27,5, a outra de 26 900, a outra foi de 20... Bom, havia três propostas, todas à volta deste múltiplo máximo. E acho que foi habilidade negocial de quem queria vender e o facto de haver três interessados em comprar.

Não me lembro agora quem é o terceiro, mas houve um terceiro interessado. Era o Grupo Lena, era o Grupo Ongoing e um outro grupo também interessado, e que puxaram pelo preço. É que o múltiplo era caro, caríssimo, aquilo tinha valor, o conteúdo económico era interessante — não tenho dúvida nenhuma —, a marca era fantástica e num processo de construção de TMT fazia sentido. Que o múltiplo era caro, era. Era

rentabilizável a médio prazo? Tudo nesta vida a médio prazo, se for bem feito, é rentabilizável, e podia ser rentabilizado.

Se o *Económico TV* tivesse tido mais apoio por parte dos canais de cabo, se calhar hoje em dia podia ser uma CMTV, podia ser uma operação interessante. Curiosamente, tiro o chapéu ao Eng.º Paulo Fernandes, porque ele — e muito bem — entendeu perfeitamente o que era fazer um canal de cabo muito especializado, muito para um nicho de mercado e que pode crescer. E hoje em dia a CMTV é um caso de sucesso graças a isso. O *Económico* não conseguiu, mas podia ter conseguido, mas havia também outros fatores exógenos que o impediram.

No que respeita aos senhores que estavam envolvidos neste contrato, eram os quatro membros do conselho de administração da OSI, só que na Ongoing Energy pelo visto, não me lembrava de estar e não estava, realmente, senão teria assinado... Se reparar, o presidente da OSI assina pela Ongoing Energy, eu assino pela Ongoing Strategy, porque o presidente tinha de assinar pela Ongoing Energy, o Gonçalo Faria de Carvalho era o administrador financeiro e o James Risso-Gill era o marido da D. Isabel, padastro do Dr. Vasconcellos, que, infelizmente, faleceu há dois meses, por causa da COVID-19.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, era só para esclarecer algumas questões.

Disse que havia pressão política na compra do *Diário Económico* e gostava que aprofundasse e explicasse melhor que pressão era essa, ou seja, quem é que estava a fazer pressão política para aquisição do *Diário Económico*, que ligações é que existiam entre a Ongoing e o BES e, eventualmente, alguma esfera de poder político.

Gostava de perceber exatamente o que é que quis dizer com isso.

Depois, a questão do múltiplo, para se perceber bem. No *Diário Económico* a Ongoing pagou 20 vezes o valor da empresa, que tinha um EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) na ordem de um milhão de euros.

Por muita procura que existisse, e, pelo que percebi, eram três interessados, ou seja, o Grupo Lena, que tinha determinadas ligações, e nós sabemos a quem, percebemos mais tarde, o Grupo Ongoing, que também tinha determinadas ligações, e o tal terceiro que eu não percebi quem era exatamente, tinha de haver um motivo, de que não se recorda ou que não está a querer, eventualmente, apresentar aqui, para que a Ongoing aceitasse pagar um múltiplo de 20 vezes no preço. Era EBITDA de 1 milhão de euros e pagaram 27,5 milhões de euros, e eu precisava de perceber porquê.

A outra questão que lhe coloquei foi se isto foi um financiamento de 24 milhões de euros do Banco Espírito Santo, que estaria ligado também a essas pressões políticas ou a algum universo de poder, questão que, eventualmente, não aprofundou aqui suficientemente.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Vamos começar pela componente técnica.

Na altura, o negócio foi feito em múltiplos de venda e não em múltiplos de EBITDA, mas é igual, era elevado na mesma. Por conseguinte, podemos aqui discutir se deviam ser múltiplos de venda ou múltiplos EBITDA, mas chegaríamos à mesma conclusão, ou seja, de que o preço pago era elevado, era, efetivamente, elevado.

Com respeito à importância estratégica do grupo, na perspetiva no grupo Ongoing, na altura também muito influenciado, obviamente, pela matriz do Dr. Vasconcellos — mas eu concordei com esta argumentação — era importante, num universo que, na altura, era vivido como de grande parceria e harmonia com o grupo Impresa — porque era verdade, era um

facto —, ter a única peça do componente de ativos de *media* que o grupo Impresa não tinha que era a especialização económica.

O plano do Dr. Vasconcellos, naquele celeberrimo almoço com o Dr. Balsemão — que eu tanto critiquei, mas que foi feito —, era incorporar também o *Diário Económico* no universo Impresa. E, efetivamente, fazia sentido, do ponto de vista racional.

Mas se o Sr. Deputado me pergunta — e bem — se havia interesse do BES em comprar o *Diário Económico*, acho que havia. Acho que havia, sobretudo porque também ninguém me tira da cabeça aquilo de que já falei anteriormente, na primeira intervenção que tive com o Sr. Deputado, de que havia um enorme interesse em que o Dr. Balsemão tivesse um inimigo diferente daquele que tinha na altura.

No que respeita a pressões políticas, a sensação que tive, numa determinada altura — mas não porque alguém mo tenha dito abertamente —, foi de que a venda do *Diário Económico* estava feita para ser comprada pelo Grupo Lena. Acho que nós fomos uns *outsiders* que, de repente, entraram na negociação.

E mais: eu assisti a um telefonema entre o vice-presidente e o presidente do grupo Lena e o Dr. Vasconcellos, no dia antes da apresentação, para ver se era apresentada uma oferta conjunta, mas não funcionou porque o grupo Lena queria o *Diário Económico* a 100% e o Dr. Vasconcellos queria o *Diário Económico* para ele e aqui, independentemente de outros fatores, está também o fator do muito desejo de quem faz a oferta.

Independentemente de haver um racional, lógico e estratégico naquela combinação de negócios com o grupo Impresa, que é verdade, independentemente de o múltiplo ser para venda — era menos alto, mas também era alto, é verdade —, creio que, efetivamente, havia interesse do grupo BES em que o *Diário Económico* estivesse na órbita da Ongoing, também acredito que isso seja verdade, e também acredito que houvesse

pressão do Grupo Lena, que queria muito comprar o negócio e este é um conjunto de fatores que, de facto, tornam uma compra cara.

Não digo que não seja uma compra cara; foi uma compra cara! Que havia uma lógica por trás havia; que havia muito desejo, também havia; que havia influência ou interesse...

Depois de 11 anos, sabendo o que nós sabemos... É como Ortega y Gasset, não é? As minhas circunstâncias há 11 anos, se calhar, não me deixavam ver as circunstâncias que estamos a discutir hoje com tanta clarividência, não é? Nós somos nós e as nossas circunstâncias.

Mas, evidentemente, analisando o problema hoje, tenho de dizer que sim. Analisando o problema há 11 anos, acho que a lógica de negócio também primava. Hoje em dia acho que esta lógica de interesse de comprar o *Diário Económico* por parte do BES também me parece uma hipótese absolutamente factível. Conhecendo o que conheço hoje e conhecendo o que conhecia há 11 anos era mais difícil ter esse raciocínio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E teve financiamento do BES?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Teve! Já lhe disse, na primeira intervenção, quando falámos do crédito. Foram 24 milhões para o *Diário Económico*. O número é claro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A Ongoing era uma testa-de-ferro para a Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Não era. Sabe que a Ongoing... Eu acho que a Ongoing não era uma testa-de-ferro. Acho que aí também estamos a ser um pouco injustos. Não era bem a noção de uma testa-de-ferro, era um

amigo íntimo que também, às vezes, se revelava com alguma independência, não nos esqueçamos disto.

A decisão do Dr. Vasconcellos de comprar, na semana seguinte à OPA da Sonae, 3,5% da PT, financiado pelo Millennium BCP, não foi do agrado do Dr. Salgado, pode ter a certeza absoluta. Não foi do agrado do Dr. Salgado! Por isso é que lhe digo: que era um amigo íntimo? Era. Testa-de-ferro não era, não me parece que fosse, sinceramente.

Quero ser justo também naquilo que digo.

O Sr. **Presidente**: — Considera tudo respondido, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais pedidos de palavra, está encerrada esta inquirição.

Srs. Deputados, teremos a audição do Sr. Dr. Miguel Maya, Presidente do Conselho de Administração do BCP hoje, às 15 horas e 30 minutos, à qual não poderei presidir, uma vez que terei de presidir ao Plenário, mas estará presente a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente Isabel Oneto.

Sr. Dr. Rafael Luís Mora, muito obrigado pela sua colaboração.

O Sr. Dr. **Rafael Luís Mora**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, encerrada a reunião.

*Eram 12 horas e 24 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.